

Acção Socialista



N.º 1333 30 Julho 2009

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt



APRESENTADO PROGRAMA ELEITORAL

PS TEM PROPOSTAS PARA O FUTURO

Página 3

ENTREVISTA

Miguel Freitas,
presidente
da Federação
do Algarve



“Defendo a regionalização porque acima de tudo é boa para o país” 4

ENTREVISTAS AUTÁRQUICAS'09

Reinaldo Fragoso
Sobral de M.^{te} Agraço



“Juventude, acção social e ordenamento do território são as prioridades” 13

António Carmo
Santarém



“Posicionar Santarém num patamar elevado de desenvolvimento” 15

Álvaro Maia Seco
Coimbra



“Uma nova visão para Coimbra” 17

João Nabais
Alandroal



“Consolidar projectos e deixar o Alandroal no caminho do desenvolvimento” 18



OPINIÃO



LUÍS PITA AMEIXA
Deputado do PS

Na altura de fazer as listas é preciso saber logo escolher, com conhecimento, para não haver surpresas nem dissabores mais tarde

AUTÁRQUICAS 2009 PODE OU NÃO PODE?

HÁ SEMPRE muitas dúvidas sobre acumulações, impedimentos e incompatibilidades nos cargos autárquicos.

Na altura de fazer as listas é preciso saber logo escolher, com conhecimento, para não haver surpresas nem dissabores mais tarde.

Vejamus um caso concreto que pode ajudar a perceber o, algo complexo, sistema legal do pode ou não pode.

Questão: Um funcionário da junta de freguesia pode ser candidato autárquico à mesma?

A resposta é sim.

Os funcionários autárquicos, em regra, podem livremente ser candidatos aos órgãos da própria autarquia local onde são funcionários.

Se tiverem funções de direcção também podem. Mas, neste caso, têm de suspender essas funções profissionais, de dirigentes, a partir do momento em que a lista entra no tribunal como candidatura.

A questão seguinte é: Uma vez eleito, pode desempenhar o cargo na junta (suponhamos, como presidente) e a sua função profissional nessa mesma freguesia, em simultâneo?

A resposta também será sim. Mas é mais complicada.

Primeiro, ponhamos a hipótese de que esse eleito vai querer exercer o mandato em regime de permanência a tempo inteiro, numa freguesia com dimensão que o permita.

Quer o estatuto dos eleitos locais, quer a lei das incompatibilidades e impedimentos dos cargos políticos, são coerentes nas disposições atinentes ao caso.

Os autarcas, em regra, podem exercer, em simultâneo com o seu mandato autárquico, outras actividades, sejam elas privadas ou sejam públicas.

Se acumularem ficam na obrigação de o comunicar ao Tribunal Constitucional e à assembleia da autarquia.

Porém, poderão surgir limitações e diferença é no que toca ao regime remuneratório.

Se acumular com funções privadas, não remuneradas, receberá a totalidade da remuneração autárquica.

Se acumular com funções privadas, remuneradas, receberá apenas metade da remuneração autárquica (e a totalidade da privada, claro).

Se acumular com funções públicas, apenas pode receber a remuneração autárquica (ainda que continue trabalhando, em simultâneo, como funcionário público, nada recebe por isso).

Será, esta última, a situação aqui colocada.

Há ainda a alternativa de suspender as funções profissionais e ficar, apenas como presidente da junta de freguesia, em regime de exclusividade.

Neste caso, em termos de remuneração, receberá, claro, unicamente a remuneração autárquica.

Num caso destes, em que suspenda as funções profissionais, a lei vem garantir a salvaguarda de todos os direitos e expectativas da pessoa enquanto trabalhador, no que respeita a promoções, concursos, contagem do tempo de serviço ou qualquer outro direito adquirido.

A conclusão geral a tirar, face à questão posta, é que o funcionário da própria freguesia, que seja eleito presidente da sua junta de freguesia, pode acumular ambas as actividades ou pode optar só pela função autárquica.

E, seja como for, isso não terá consequências diferentes nem na remuneração nem nos seus demais direitos.

Há ainda uma outra hipótese: a lei permite o exercício dos cargos autárquicos, em regime de meio tempo, em certas condições estabelecidas na lei.

Se o presidente da junta tiver direito a tempo inteiro, pode atribuir o seu regime de tempo inteiro a outro dos membros da Junta, como pode dividir esse tempo inteiro em dois meios tempos e ficar com um meio tempo para si e entregar o outro, ou, ainda, entregar os dois meios tempos, a membros do Executivo por si escolhidos.

Se o presidente da junta ficar em regime de meio tempo ele pode acumular, igualmente, com as funções profissionais, pelos mesmos exactos fundamentos acima expostos.

E quanto a remunerações?

Estando a meio tempo, tem direito a metade da remuneração autárquica.

E agora já pode acumular com o seu vencimento profissional, mas não pode receber este totalmente.

Fica limitado a receber, como funcionário, o equivalente a não mais de um terço do que seja a remuneração base de presidente da junta a tempo inteiro.

Ou seja, acumulando o cargo de presidente a meio tempo com o de funcionário, a final das contas, receberá um valor equivalente a cinco-sextos da remuneração de presidente, só que, com dois recibos, uma parte por um título e outra por outro.

(metade como autarca + um terço como funcionário) = $(3/6 + 2/6) = 5/6$.

O presidente da junta de freguesia pode ainda, finalmente, exercer em regime de não permanência.

E, igualmente, nestes casos pode continuar, em simultâneo, como funcionário da freguesia.

Como funcionário, terá direito ao crédito de horas, dado pela lei, de faltas ao serviço, para participar nas reuniões e exercer o mandato autárquico.

Reunião da FAUL Sócrates salienta redução das desigualdades

“ESTA legislatura traduziu-se numa redução das desigualdades e da pobreza em Portugal”, afirmou o líder do PS, José Sócrates, salientando que tal “não aconteceu por acaso, mas porque houve um esforço do Estado ao nível da redistribuição e da justiça social”.

Sócrates falava no dia 15 numa reunião participada com militantes da FAUL, citando dados divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) que mostram ter havido uma redução da pobreza e das desigualdades desde 2005.

“Cada vez que o PS passa pelo Governo a sociedade portuguesa fica com menos pobres e com menores desigualdades sociais porque há melhores políticas sociais no país”, disse, adiantando que “a taxa de pobreza em Portugal era de 20% no início da legislatura, em 2005, mas reduziu-se agora para os 18%”.

O secretário-geral do PS explicou ainda que “na comparação entre os 20% mais ri-



cos e os 20% mais pobres, esse indicador desceu para níveis muito significativos. O nível de 2008 era de 6,1%, quando em 2005 era de 6,9%”.

Por isso, pediu às forças da oposição que parem “de uma vez por todas com a demagogia e o embuste” de proclamar que as desigualdades e a pobreza aumentaram.

Por outro lado, Sócrates apelou aos eleitores de esquerda que “aprendam a lição da História”, em que a fraqueza dos socialistas em eleições ditou sempre governos de direita em Portugal.

“Está em jogo quem vai governar e só há duas forças que podem governar: ou o

PS ou a direita, essa é a escolha”, salientou, acrescentando que “aqueles que acham que enfraquecendo o PS ganha alguma coisa, aprendam a lição da História. Sempre que o PS se enfraqueceu, foi a direita a governar. Se nós queremos a esquerda a governar, a obrigação é fortalecer o PS”.

E reafirmou que “o PS quer um país moderno, tem essa ambição da mudança, da transformação, de andar para a frente e avançar. Mas queremos fazê-lo com toda a gente a bordo, não queremos deixar ninguém na beira da estrada, não queremos deixar ninguém para trás”.

Uma legislatura reformista

NA APRESENTAÇÃO do livro “Leis da República” relativo à última sessão legislativa, o líder parlamentar do Partido Socialista, Alberto Martins, fez o balanço da X Legislatura e considerou que a bancada socialista deixa “uma marca inquestionável”, designadamente em diplomas tão importantes como a lei do aborto, o fim do divórcio litigioso, a revisão do estatuto político-administrativo da região autónoma dos Açores, a reforma das leis laborais, onde se inclui a revisão do Código do Trabalho, iniciativas, entre muitas outras, que “acompanharam o exercício reformista do Governo”.

Para Alberto Martins, a X Legislatura “deixa uma marca indestrutível e muito forte” para a democracia portuguesa, sentindo por isso um profundo orgulho pelo grupo que liderou e “pelo conjunto de leis muito alargado” que foram produzidas ao longo deste mandato.

O líder parlamentar socialista referiu ainda um outro conjunto vasto de importante diplomas da responsabilidade do nosso grupo parlamentar,



designadamente a lei da procriação medicamente assistida, a interrupção voluntária da gravidez, o aprofundamento da lei das uniões de facto, a lei da paridade, e da nacionalidade, as leis de limitação dos mandatos dos eleitos locais, ou ainda, a lei da responsabilidade civil extracontratual do Estado, a lei que altera o regime jurídico do divórcio ou a criação do concelho de prevenção da corrupção.

Alberto Martins teve ainda ocasião de referir que no curso da X legislatura a agenda parlamentar foi marcada por políticas profundamente reformistas levadas a cabo pelo Governo liderado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, e pela bancada parlamentar

do Partido Socialista.

Alberto Martins lembrou o empenho e o trabalho que tanto o Executivo como o GP/PS desenvolveram quando há cerca de um ano o mundo mergulhou na pior crise financeira e económica das últimas oito décadas, com rápidas repercussões sociais.

A este propósito, defendeu que na origem de todo este mal esteve a ruína da “pulsão neoliberal” a que se juntou a “falência do compromisso norte-americano”, repercutidas através do sistema financeiro mundial.

Foram muitas as iniciativas que tanto o Governo de José Sócrates como GP/PS aprovaram de imediato, de forma a apoiar as famílias e os sectores económicos com um papel estratégico na economia.

Mas, para além do apoio às empresas, lembrou ainda Alberto Martins, houve também um conjunto interessante de outras ajudas específicas no combate ao desemprego, designadamente “sob a forma de políticas activas de emprego”. R.S.A.

PS apresenta programa de combate e acção

Mais oportunidades, mais igualdade, mais conhecimento, mais qualificação, mais investimento e mais iniciativa. São estas as ambições de futuro contidas no Programa Eleitoral do Partido Socialista que o secretário-geral, José Sócrates, apresentou publicamente no passado dia 20 de Julho, em Lisboa.

MARY RODRIGUES

PERANTE uma sala completamente lotada, no Centro Cultural de Belém, José Sócrates assegurou que as linhas programáticas que os socialistas propõem aos portugueses para os próximos quatro anos compõem um “programa político responsável, realista e ambicioso”.

“Não estamos aqui a pedir um cheque em branco aos portugueses”, vincou, apontando de seguida as “três prioridades” do programa do PS.

“Relançar a economia e promover o emprego, modernizar a economia e o país, desenvolver as políticas sociais e combater as desigualdades”, referiu Sócrates, sustentando que o programa eleitoral socialista visa também dar resposta aos efeitos da crise e desenvolver ainda mais reformas mobilizadoras e modernizadoras.

Depois, o líder do PS deixou claro que, se formar Governo, fará uma reforma fiscal a favor das classes médias, comprometendo-se também a promover uma justiça mais célere e a reforçar as forças de segurança no país.

Falando após intervenções do coordenador do programa eleitoral, António Vitorino, e dos independentes, Isabel Alçada (escritora), Mário Jorge (médico e sindicalista) e Caldeira Cabral (economista e professor universitário), Sócrates considerou que o mínimo que pode exigir-se de quem se candidata à governação do país é que apresente, antes, as suas ideias e propostas.

“Os portugueses conhecem as nossas ideias. Não precisamos de as esconder, nem de esconder os nossos valores”, declarou, reiterando que o PS continua a defender, “convictamente” e sem embaraço, o Estado social, a universalidade do Sistema Nacional de Saúde, a sustentabilidade da segurança social pública, o reforço dos apoios às famílias, a aposta nas energias renováveis e o desenvolvimento da escola pública.

“É claro que os que defendem o Estado mínimo talvez sintam necessidade de esconder o que defendem”, afirmou, demarcando o PS de todo “calculismo taticista” na apresentação e no debate das suas ideias e propostas.

“Da nossa parte os compromissos são claros”, disse, referindo, entre outros, o reforço do investimento público, a implementação de um projecto-piloto de licenciamento zero para pequenas empresas, a internacionalização da economia portuguesa, o pacto para o emprego, a continuação da aposta nas energias renováveis, a extensão da escolaridade obrigatória até ao ensino secundário com bolsas de estudo, o reforço do programa “Novas Oportunidades”, do ensino profissional e do Plano Tecnológico da Educação, a extensão do programa

de saúde oral a todas as crianças entre os quatro e os 16 anos, a duplicação da capacidade da Rede de Cuidados Continuados e do número de creches com horário alargado, a colocação das crianças de cinco anos de idade no jardim de infância, a ajuda às pessoas com deficiência na área do trabalho, a criação de um novo apoio público para reduzir o risco de pobreza e de uma conta poupança-futuro para apoiar a natalidade.

“E ouvir dizer que estas medidas são uma perseguição social dos ricos é ouvir a mesma conversa gasta, que considerou irresponsável o aumento do salário mínimo e demagógico o complemento solidário para idosos”, denunciou, defendendo que “o que os portugueses esperam e merecem é que não se disfarce a ausência de ideias próprias com críticas injustas às ideias dos outros”.

Ao concluir a sua intervenção, o líder socialista fez questão de sublinhar que no coração do programa político do PS está inscrito o reforço das políticas sociais.

Segundo o secretário-geral socialista, a escolha que os portugueses terão de fazer é “entre quem apresenta ideais e quem as esconde. Entre quem olha para o futuro e quem quer repetir o passado. Entre que convida à acção e quem se fica pela desistência. Entre quem já resolveu problemas e quem apenas os agravou. Entre quem propõe iniciativa e investimento e quem quer paralisar. Entre quem quer avançar nas políticas sociais e quem quer o estado mínimo”. “Somos progressistas, estamos orientados para o futuro e empenhados na mudança social”, disse José Sócrates, para quem a inequívoca base do programa eleitoral do PS é a confiança no país e nos portugueses.

Contrato de confiança

Na abertura da sessão pública de apresentação das linhas programáticas do PS para o período 2009-2013, o camarada António Vitorino lembrou que “um programa eleitoral não é apenas uma lista de intenções”.

“É um contrato de confiança que deve definir um rumo, traçar metas e expressar uma matriz de valores”.

Segundo o dirigente socialista, no momento exigente e difícil que vivemos não se deve ceder à tentação de cair na “ambiguidade”, nem no protesto pelo protesto.

“É preciso dizer que existem soluções à esquerda que não passam pelo imobilismo, nem por ideias do passado, por mais modernas que sejam as roupagens com que se apresentem”, afirmou Vitorino, para logo garantir que o programa



socialista “é um programa de esquerda moderna, de combate à crise e de retoma das reformas”.

“Apresentamos aos portugueses um programa de combate para um Portugal vencedor”, concluiu.

Depois, a escritora Isabel Alçada manifestou o seu “inteiro apoio à política educativa” do Governo, lembrando um conjunto de medidas implementadas nos últimos quatro anos, como o Plano Nacional de Leitura, a introdução do ensino do Inglês no 1º ciclo, a educação musical, o Magalhães, a escola a tempo inteiro, o programa “Novas

Oportunidades”, o reforço do ensino profissionalizante, a promoção do desporto escolar e a requalificação do parque escolar.

Por sua vez, o economista Caldeira Cabral adiantou que o programa do PS faz quatro apostas centrais na área económica: propõe-se a cada vez maior internacionalização da economia, a liderança nas energias renováveis, o reforço da competitividade empresarial, especialmente ao nível das pequenas e médias empresas, e a melhoria das infra-estruturas nacionais portuárias, aeroportuárias e ferroviárias.

Já o sindicalista e médico Mário Jorge acusou a direita de querer uma “regressão geracional na saúde”, em que “os que têm dinheiro podem cuidar da sua saúde e os que não têm não podem”.

“O PS tem o Serviço Nacional de Saúde inscrito no seu código genético”, afirmou.

E salientou que nas próximas eleições legislativas irão a votos duas visões opostas sobre o SNS, para de seguida concluir categórico que: “O Sistema Nacional de Saúde é um património humanista e um avance civilizacional não susceptível de privatização”.

Programa disponível em: www.socrates2009.pt ou www.ps.pt

Miguel Freitas, presidente da Federação do Algarve “Defendo a regionalização porque acima de tudo é boa para o país”

Candidato a deputado nas legislativas de 27 de Setembro, Miguel Freitas, presidente da Federação do PS/Algarve, adianta que a agricultura, ambiente e mar são as áreas em que pretende dar um forte contributo, reiterando que se vai bater pela regionalização, “não apenas porque é boa para as regiões, mas porque é boa para o país”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, Miguel Freitas faz um balanço da sua “experiência interessantíssima” em Bruxelas, como coordenador REPER para as áreas da Agricultura e Pescas, defendendo uma “nova agenda Agro-Rural” de forma a garantir ao nosso país “segurança no abastecimento alimentar, equilíbrio na balança comercial e estabilidade dos mercados”.

Volta a ser candidato do PS a deputado nas legislativas de 27 de Setembro. É um regresso por boas razões, certamente?

Este era o meu compromisso com o partido. Mantive a presidência activa do PS/Algarve durante o período em que estive em Bruxelas. Concretizámos quase tudo a que nos propúnhamos na região. Está em curso um conjunto de investimentos que qualificará o Algarve como uma boa região para viver e passar férias. Encaro, pois, este regresso com naturalidade.

Antes de suspender o mandato, foi muito activo na Assembleia da República. Deixou dossiês que pretenda retomar na próxima legislatura?

No mandato anterior tive algumas intervenções aliciantes, mas a mais marcante foi o relatório sobre Fogos Florestais, o primeiro a ser aprovado por unanimidade e que acabou por merecer uma publicação da Assembleia da República. As áreas da agricultura, ambiente e mar são aquelas em que pretendo continuar a dar o meu contributo.

Que balanço faz da sua presença em Bruxelas, como coordenador da Agricultura e Pescas da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia?

Foi uma experiência interessantíssima. Tive a oportunidade de presidir a um organismo da UE - o Comité Especial de Agricultura, por onde passa 42% de todo o orçamento europeu, e de participar na extraordinária presidência de Portugal da UE. E aprendi a arte da negociação em fóruns internacionais, com o que de melhor a diplomacia portuguesa tem. Estou francamente satisfeito.

Qual foi o processo que lhe mereceu maior atenção ou interesse especial?

No domínio agrícola, o dossier

mais importante foi o da reforma do vinho. Mas também a reestruturação do sector açucareiro e a transparência da PAC, foram matérias fechadas durante a nossa presidência.

No caso de Portugal, está a ser feita a reestruturação do sector do vinho?

O sector do vinho merece uma atenção especial. Pelo que representa na economia, nas paisagens do país e na vida das pessoas que nele trabalham. Tem vivido mudanças muito positivas e precisa agora de estabilidade institucional. Os vinhos portugueses são dos melhores do mundo. Mais organização, mais promoção nos mercados internacionais, arranque do que não tem qualidade, trabalho apurado e grande especialização é o que temos de continuar a fazer. Estamos no bom caminho.

A reforma da Política Agrícola Comum poderá beneficiar o nosso País ou há o risco de se verificar um défice de contrapartidas para Portugal?

A PAC, como está, beneficia os grandes produtores europeus. É necessária uma reforma profunda, que só poderá ser feita depois de 2013. Entretanto, temos de trabalhar com a margem de manobra actual, mantendo pressão sobre a Comissão nos dossiers mais importantes para Portugal. Precisamos de apoiar as fileiras mais competitivas e pensar na compensação dos sistemas agrários que contribuem com bens públicos, particularmente a pequena agricultura do norte e os sistemas extensivos do sul. Temos de reestruturar o sector do leite, expandir o do azeite, organizar os do vinho e das frutas e legumes e manter apoios compensatórios às fileiras da carne, especialmente nas raças autóctones. E não poderemos viver sem um sector cerealífero que nos garanta uma boa base de aprovisionamento.



E no caso das pescas?

Estamos num momento de viragem, com uma visão mais conservacionista e mais realista. Temos de olhar para as pescas numa perspectiva de política integrada. Ser capazes de encontrar maneira de ter empresas viáveis e sustentáveis e defender actividades tradicionais, sem colocar em causa o futuro dos recursos. Temos de ter coragem de reconhecer que é necessário reduzir a sobrecarga pesqueira e encontrar as soluções, tanto na diversificação de actividades, como nas políticas de apoio social. E apoiar fortemente a aquacultura, introduzindo novas tecnologias de produção, mais limpas e eficientes.

Que preconiza para que a agricultura portuguesa possa enfrentar os novos tempos?

É preciso uma nova agenda Agro-Rural. Portugal precisa de segurança no abastecimento alimentar, equilíbrio na balança comercial e estabilidade dos mercados. O sector Agro-Alimentar representa 15% do PIB nacional. E há um agravamento contínuo na balança de pagamentos. Sempre que se verificam desequilíbrios no mercado alimentar há mais de 2 milhões de pessoas afectadas no nosso país. Produzir alimentos é pois um imperativo nacional.

A pressão sobre os recursos, no-

meadamente o solo e a água, vão aumentar e não podemos esquecer que o sul da península será a zona mais afectada pelas alterações climáticas, com fenómenos de seca, erosão de solos e aparecimento de novas pragas e doenças exóticas. Precisamos de uma nova Política de Solos, em que prevaleça a sua função social, a livre iniciativa e o acesso dos jovens à terra; de uma Política de Conservação da Natureza que permita restabelecer e valorizar os ecossistemas locais, viabilizando novas actividades económicas e de lazer; uma Política da Água exigente quanto à eficiência do uso e dos investimentos públicos que lhe estão associados.

É possível devolver a dimensão nacional ao sector agrícola, construindo uma nova cultura rural no nosso País?

Sim. Uma cultura rural de modernidade, de novas tecnologias e energias alternativas, dos produtos alimentares seguros e de qualidade, da produção de ambiente limpo e perene, com a preservação da biodiversidade e das nossas potencialidades endógenas, apostando em mais investigação e inovação. Com sectores organizados, competitivos, rentáveis e sustentáveis. Com actividades geradoras de emprego. É fundamental um discurso de envolvi-

mento dos actores, mas também de todos os cidadãos, para a nova causa do nosso mundo rural. E é importante envolver também a comunidade escolar na percepção da importância do mundo rural e promover a educação para uma alimentação saudável.

Falou da investigação e inovação como essenciais para o futuro. O que pensa exactamente sobre essa matéria?

Creio que o Estado tem de voltar a apostar na Investigação e Inovação, numa perspectiva de trabalho contínuo, aplicado e em rede. O Governo do PS deu passos importantes nesse sentido, deslocalizando e aproximando da realidade os Laboratórios do Estado. Agora é preciso uma parceria estratégica entre administração e parceiros sociais, sector público e sector associativo e empresarial, valorizando o diálogo institucional, na escolha de prioridades e nos métodos de intervenção.

Que modelo de intervenção defende no âmbito da nova Agenda Agro-Rural?

O de recriação de projectos numa perspectiva de aglomeração de actividades. O país deve ter um programa RURIS à imagem do que foi feito para a cidade com o POLIS. Em cada região há projectos que merecem apoio, ou na lógica de fileira ou numa perspectiva de projecto territorial. É preciso concentrar esforços, que gerem uma verdadeira mudança, novos recursos humanos e financeiros. Com uma nova engenharia financeira no apoio aos projectos, através da subvenção global; com maior participação e responsabilização dos agentes associativos na gestão e execução dos programas. E uma administração de missão em cada um desses projectos. Com objectivos, prazos e necessidade de resultados. Missão, significa dedicação, mas também, eficiência e eficácia.

Tem assumido a regionalização como sua principal ambição para a próxima legislatura. Enquanto líder regional do PS, que intervenção pretende ter neste processo?

Sou um defensor da regionalização, não como um fim em si mesmo, mas como um instrumento para gerir melhor os recursos, gastar menos dinheiro ao Estado, racionalizar os investimentos públicos, capacitar as regiões com massa crítica e entidades de referência na área da economia e do saber. Defendo a regionalização, não apenas porque é boa para as regiões, mas porque é boa para o país. Bater-me-ei por isso.

Só com o Governo do PS foi possível baixar a taxa de pobreza em Portugal

O SECRETÁRIO de Estado da Segurança Social lamentou as declarações do líder do CDS, “feitas em clima de pré-campanha eleitoral” sobre a pobreza em Portugal.

Pedro Marques recordou a Paulo Portas que o “pico das desigualdades sociais aconteceu em Portugal em 2003”, altura em que o CDS/PP integrava o Governo de coligação de direita.

O secretário de Estado frisou ainda que de nada vale ao PSD ou ao CDS/PP estarem agora a acusar o Governo de não ter contribuído para o abaixamento da pobreza em Portugal, quando os dados divulgados recentemente pelo INE demonstram precisamente o contrário e de forma objectiva que a realidade estrutural aponta para que as “desigualdades aumentaram com os governos de direita e diminuíram de forma evidente com os do PS”.

Pedro Marques lembrou ainda que foram os governos de direita (PSD-CDS/PP), que aumentaram a taxa de pobreza em 2003/2004, e que só com a chegada ao Governo do PS foi possível começar a diminuir a taxa de pobreza e logo em seis pontos percentuais, algo que



nunca antes se tinha sido atingido, e que só foi possível “graças à introdução do Complemento Solidário para Idosos”.

Estes dados, acrescenta ainda o

secretário de Estado da Segurança Social, “demonstram de forma clara” que foi este Governo, e não outro, que conseguiu diminuir a pobreza, tendo o anterior

Executivo, de que Paulo Portas fazia parte, inclusivamente, e ao contrário do que agora afirma, “sido o responsável pelo aumento da pobreza em Portugal”.

De facto, e de acordo com os dados divulgados pelo INE, o número de portugueses em risco de pobreza manteve-se em 2007 nos 18%, padrão que foi conseguido graças ao efeito entretanto produzidos pelas medidas de ajuda social do Estado, que caso não tivessem sido implementadas teriam elevado essa taxa para mais seis pontos percentuais.

Pedro Marques acentuou ainda que o combate à pobreza e às desigualdades sociais que este Governo tem vindo a desenvolver se traduzem de forma objectiva pela verificação de que o rendimento dos 20% da população com maior riqueza passou, ainda segundo os dados do INE, de 6,5 para 6,1 vezes superior aos 20% da população com menor rendimentos.

Estes elementos demonstram, de forma inequívoca, que o combate à pobreza levado a cabo pelo Governo apresenta já resultados claros e muito animadores.

Esta será, sem dúvida, como sublinhou o secretário de Estado da Segurança Social, “a maior baixa desde que este indicador passou a ser medido em 1995”.

R.S.A.

Cheiram a falso as políticas sociais do PSD

O PARTIDO de Ferreira Leite mente e não fala verdade quando afirma que, se chegar ao Governo, manterá as actuais políticas sociais aprovadas ao longo desta legislatura pelo Executivo socialista.

Para o PS, o que o PSD quer e o que realmente defende é no fundo aquilo com que sempre esteve de acordo: um “Estado mínimo”, dando à iniciativa privada e ao mercado a primazia e o papel principal.

Segundo o porta-voz do PS, João Tiago Silveira, as posições do PSD, tornadas públicas depois do anúncio do Governo de que redobrará o seu empenho, na próxima legislatura, em relação às políticas sociais, “cheiram a falsas”, reconhecendo todavia os socialistas que a classe média tem sido por vezes “um pouco esquecida”.

Contudo, Tiago Silveira, rejeita que caiba ao PS qualquer responsabilidade a este respeito, recordando as políticas aprovadas por este Governo e dirigidas à classe média, classificada pelo dirigente socialista “como o motor da recuperação económica”.

A este propósito, o porta-voz socialista salientou que o nosso partido apresenta no seu programa eleitoral um conjunto de importantes medidas e de incentivos de apoio à classe média, extracto social que o

PS apesar de tudo reconhece que foi o que mais tem sofrido com a actual crise internacional.

É por isso que o PS lamenta que o PSD esteja a trabalhar sob “uma agenda escondida”, não em defesa de um verdadeiro “Estado social”, mas em defesa do “Estado mínimo”.

“O PSD não está a dizer a verdade”, acrescenta ainda o porta-voz socialista, quando afirma que “manterá o essencial das políticas sociais aprovadas e promovidas pelo Governo de José Sócrates”.

Se eventualmente o PSD ganhasse as legislativas, diz ainda o PS, o que ficaria em causa “seria a continuação do apoio permanente ao nível das políticas sociais, mas também no que respeita ao aumento do salário mínimo”.

Para o PS, só mantendo a continuidade nestas políticas é que será possível a Portugal ambicionar alcançar maiores patamares de justiça social e de equidade, pelo que tem que aprofundar métodos e políticas, desenvolvendo, como frisou Tiago Silveira, “os caminhos que se começaram a percorrer nos últimos quatro anos”.

De facto, e segundo os últimos dados do INE – Instituto Nacional de Estatística, as políticas sociais promovidas pela maioria socialista contribuíram de forma determi-

nante, nos últimos anos, para uma acentuada diminuição da pobreza em Portugal, com reflexos mais positivos, designadamente na faixa etária mais idosa tendo-se ainda verificado uma evidente diminuição das desigualdades entre os mais ricos e os mais pobres.

Também o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), padre Lino Maia, a propósito dos dados divulgados pelo INE, defendeu que para a diminuição do risco de pobreza dos mais velhos muito tem contribuído o complemento solidário dos idosos, medida que diz não ter dúvidas “ter ajudado a retirar muitas destas pessoas da pobreza”.

Também positivos são os dados divulgados pelo INE, segundo os quais o risco de pobreza dos idosos diminuiu em quatro pontos percentuais entre 2006 e 2007, de 26% para um valor de 22%.

Apesar de reconhecer “haver muita gente em situação de pobreza”, o presidente da CNIS não deixa contudo de salientar que estes números demonstram que o complemento solidário para idosos “é uma medida com bondade e que há muita gente no terreno que está determinada na missão de tirar esta população da pobreza”. R.S.A.

PS EXIGE EXPLICAÇÕES AO PSD SOBRE DECLARAÇÕES DE JOÃO JARDIM

O PARTIDO Socialista, através do seu porta-voz, João Tiago Silveira, considerou inaceitável o “silêncio da direcção do PSD” a propósito da ideia avançada pelo líder do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim, de pretender ilegalizar o comunismo no âmbito de uma futura revisão constitucional.

Segundo o PSD/Madeira, a democracia não deverá tolerar por muito mais tempo comportamentos e ideologias autoritários, sublinhando que esta tese deve ser aplicada “não apenas à direita”, como é o caso do fascismo, norma consagrada na Constituição, “mas igualmente à esquerda”, como vem a ser o caso do comunismo, regra que, lamentam, “não está prevista no texto constitucional”.

O PS, através do seu porta-voz, manifestou de imediato absoluta discordância em relação a esta posição assumida pelo PSD/Madeira e pelo seu líder, Alberto João Jardim, que, recorda o PS, para além de ser presidente de uma região autónoma, é ainda um alto dirigente do maior partido da oposição.

Perante tudo isto, o PS considera lamentável a posição que o PSD nacional e a sua líder têm vindo a adoptar ao manterem um “inaceitável silêncio”, frisando a este propósito João Tiago Silveira que o maior partido da oposição não pode deixar de tornar pública a sua opinião e qual a perspectiva que defende sobre um assunto como este de contornos tão delicados, dizendo aos portugueses, de forma clara e objectiva, se concorda ou não com estas afirmações do líder regional, explicando ainda se concorda ou não com a ilegalização do PCP. R.S.A.



Quadruplicou o número de alunos nos cursos profissionais

NO PRÓXIMO ano lectivo serão disponibilizadas mais 125 mil novas vagas para os alunos de cursos de ensino profissional, quadruplicando assim o quadro que se registava no final da gestão do anterior Governo de coligação de direita.

A garantia foi dada por José Sócrates durante uma sessão na Escola Técnica de Imagem e Comunicação (ETIC), em Lisboa, onde estavam também presentes a ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, e os secretários de Estado Valter Lemos e Fernando Medina.

Na ocasião, foi apresentado o manual destinado a auxiliar alunos e professores, documento que lhes disponibilizará mais informação sobre os diversos cursos profissionais.

Rejeitando as críticas dos partidos da oposição, o primeiro-ministro sublinhou que no ano lectivo de 2004/2005, o último ano da coligação de direita, existiam cerca de 30 mil alunos a frequentar os cursos profissionais, uma meta largamente ultrapassada no ano lectivo de 2009/2010, “onde vamos ter 125 mil alunos a frequentar os cursos profissionais”.

Este acréscimo significa, como sublinhou José Sócrates, que num curto espaço de tempo, e graças à aposta do Governo neste tipo de ensino, “consequimos praticamente quadruplicar o número de alunos”, o que prova que houve uma efectiva “alteração estrutural no nosso sistema público de ensino”.

Para o primeiro-ministro, um dos maiores erros e porventura das



maiores injustiças que ao longo das últimas décadas de democracia se vinha a repetir, tinha a ver com a sistemática desvalorização dos cursos profissionais, algo que foi agora corrigido em poucos anos pelo Governo, como recordou, atingindo finalmente Portugal “uma meta que há muito pretendia alcançar”, meta essa que era aliás igualmente também há muito tempo recomen-

dado pela OCDE.

O nosso país segue assim o exemplo dos restantes países desenvolvidos, onde a oferta do ensino se distribui em partes iguais pelos cursos de ensino geral e pelos cursos de ensino profissional.

O mesmo sucederá já no próximo ano lectivo em Portugal onde 50% dos cursos do ensino secundário passarão a ter uma vocação

profissional.

O esforço e a modernização alcançados no ensino profissional, referiu ainda o primeiro-ministro, só foi possível, graças ao esforço conjunto das escolas profissionais e públicas”.

Em 2008/2009, as escolas públicas já possuíam mais cursos profissionais do que as próprias escolas profissionais, algo que para o

chefe do Governo não deixa de ser significativo, mas que em ambos os casos contribuíram para baixar as taxas de abandono e de insucesso escolar, assim como “aumentaram a prazo a competitividade das empresas e da economia nacional”.

Sócrates repudiou depois o velho preconceito de que os cursos profissionais “são cursos de segunda”, estimulando os pais para que não deixem de apoiar os seus filhos que optem pelos cursos profissionais.

Estes cursos, disse ainda José Sócrates, são importantes para o país, pois representam a entrada no mercado de trabalho de gente mais qualificada, também o são para os alunos que os frequentam, uma vez que saem de lá “técnicos mais qualificados, quer do ponto de vista académico, como profissional”.

No próximo ano lectivo, entrará também em vigor o novo sistema de bolsas de estudo para os alunos do 10º ano de escolaridade.

De facto, já a partir de Setembro, pela primeira vez, passará a existir uma bolsa de estudo para o ensino secundário, o que permitirá às famílias mais carenciadas e que até aqui não tinham possibilidades financeiras de inscreverem os seus filhos no 10º ano, poderem passar a beneficiar de uma bolsa que abrirá novos horizontes a estes alunos de forma a prosseguirem os seus estudos até ao 12º ano.

Para o primeiro-ministro, é desta forma que se estrutura “a ambição de ter uma escola obrigatória de 12 anos, até aos 18 anos de idade”. **R.S.A.**

Governo cria Passaporte Cultural

O PASSAPORTE Cultural, uma iniciativa que se enquadra no âmbito do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, foi apresentado, no passado dia 16 de Julho, no Centro Cultural de Belém, pelo coordenador do Plano Tecnológico, Carlos Zorrinho.

Marcam presença nesta cerimónia o ministro da Cultura, José António Pinto Ribeiro, que enalteceu este novo instrumento, sublinhando que “há que levar os jovens a descobrirem e a consumirem produtos culturais”, os secretários de Estado da Educação, Valter Lemos, da Formação Profissional, Fernando Medina, da Juventude e do Desporto, Laurentino Dias, e ainda o director-geral das Artes, Barreto Xavier.

O Programa Passaporte Cultural visa contribuir para a generalização da presença da cultura e das actividades artísticas no sistema educativo, de uma forma faseada, desde a educação pré-escolar até ao final do ensino secundário e consiste no desenvolvimento de percursos culturais por ano escolar em que cada criança, adolescente ou jovem participa durante o seu processo educativo, entre os três e os 18 anos de idade.

Estes percursos, que são mobilizados de



forma diferenciada quer pelos estabelecimentos, quer pelos docentes, correspondem a seis programas por ano.

Cada percurso cultural anual será registado e validado num passaporte que acumulará, durante todo o percurso escolar/formativo,

experiências enquadradas num itinerário global coerente e projectadas numa óptica de enriquecimento cultural que será reconhecido por um diploma.

Um dos objectivos fundamentais é que cada turma determine um percurso colectivo

de forma a induzir no seu currículo as áreas da música, do teatro, da dança, das artes visuais, das artes audiovisuais, das artes digitais, da museologia e do património material e imaterial.

O Passaporte Cultural terá como suporte uma plataforma electrónica onde serão registados o conjunto de acções e de projectos culturais em que cada aluno participa, incluindo simultaneamente espaço para partilha de experiências com colegas na escola, sendo os professores e encarregados de educação actores importantes no sistema.

O Governo quer implementar este projecto já no próximo ano lectivo em todas as escolas do ensino básico, devendo abranger mais de milhão de alunos.

Para Carlos Zorrinho, esta iniciativa visa também responder de forma positiva à constatação de que Portugal deve apostar mais na área cultural.

Para o coordenador do Plano Tecnológico e do Ano Europeu da Criatividade e Inovação, o “Passaporte Cultural deve ficar como uma marca de água” deste Ano Europeu. **R.S.A.**

Sócrates apresenta medidas económicas



O PRIMEIRO-MINISTRO quer uma mais estreita ligação entre o Estado e as empresas de modo a potencializar a internacionalização da economia portuguesa.

Para José Sócrates o objectivo a atingir é que 40% do Produto Interno Bruto (PIB) resulte das exportações, cenário que em sua opinião poderá ser alcançado se o Estado e as empresas forem capazes de chegar a acordo sobre este ponto e avançarem no sentido de celebrarem um pacto com a definição de metas ao nível da diplomacia económica.

Sócrates falava na conferência dos 20 anos do "Diário Económico", tendo ainda na ocasião referido algumas medidas relacionadas com a diplomacia económica que farão parte integrante do futuro programa eleitoral do PS.

Para além da necessária internacionalização da economia portuguesa e de uma aposta mais eficaz na diplomacia económica, José Sócrates defendeu ainda outras áreas que considera importantes, como seja o caso do reforço dos investimentos na área das energias renováveis "ajudando assim o país a reduzir a sua

dependência do petróleo", a par de uma aposta cada vez mais eficaz nas políticas sociais, designadamente as de combate à pobreza e às desigualdades.

Estabelecer objectivos e determinar quais os países/alvo em que o Estado e as empresas devem actuar em conjunto, foi outra das tarefas que o primeiro-ministro considerou como prioritária, sendo a forma mais eficaz, "de algumas empresas poderem ainda acalentar esperanças de sobreviverem em alguns mercados".

Mas para que as empresas possam responder de forma mais eficaz e sólida aos muitos desafios que têm pela frente, o Estado e as empresas "têm que melhorar os seus próprios instrumentos" de forma a contribuir para uma mais adequada optimização dos seus métodos ajudando assim à promoção da tão desejada internacionalização.

Um desses instrumentos, na opinião de José Sócrates, passa pelo "melhoramento da nossa diplomacia económica", sector para o qual disse ter "algumas boas ideias", nomeadamente naquilo que devem

ser as relações entre os ministérios dos Negócios Estrangeiros e o da Economia.

Mas outras ideias foram ainda adiantadas pelo primeiro-ministro neste 20º aniversário do "Diário Económico", como seja o caso da criação de um programa "Inov", "voltado para o apoio às exortações" uma iniciativa que pretende envolver de forma prioritária "os jovens recém-licenciados que deverão ser formados nas empresas em técnicas de venda e de marketing", uma solução integrada que na perspectiva do líder do Executivo permitirá que esses quadros fiquem habilitados a mais tarde poderem actuar nas principais feiras mundiais.

Portugal exporta neste momento "cerca de 32% do seu PIB", ainda longe dos desejados 40% defendidos por José Sócrates.

"Temos que ter essa ambição", porque 40% do PIB em exportações "transforma uma economia numa economia saudável", disse ainda o primeiro-ministro, adiantando que "se chegarmos aí, teremos consciência que Portugal está bem inserido na economia global". R.S.A.

Deputado mostra optimismo sobre futuro da economia nacional

O PIOR da recessão económica pode "já ter passado", considera Vítor Batista, com base nas previsões tornadas públicas pelo Banco de Portugal.

Para o deputado socialista, "apesar das muitas dificuldades, e incertezas, Portugal encontra-se, comparativamente a outros países europeus, numa posição favorável".

Vítor Batista, socorrendo-se dos dados de Verão do banco central, defendeu ainda que em matéria de taxa de desemprego, por exemplo, a previsão para Portugal aponta para os cerca de 9,8% em 2010, uma percentagem bastante mais



baixa do que a registada na zona euro onde a média se situa nos 11,5%, com a Espanha a aproximar-se dos 20%.

Também em relação ao endividamento público, o responsável socialista lembrou que está significativamente abaixo da média da zona euro, recordando que a crise "não é só portuguesa, mas internacional".

Segundo Vítor Batista, que falava à saída de uma audição com o governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças, esta previsão confirma "apesar de tudo" aquilo que já se conhecia, não deixando contudo de considerar "que o próximo ano será ainda de alguma recessão". R.S.A.

OPINIÃO



PAULA NOBRE
DE DEUS
Deputada do PS

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, conseguiu dizer a mesma coisa e o seu contrário, em tempo recorde, ao referir-se às políticas sociais do Governo

AS DIMENSÕES DA CRISE DA DIREITA

AS RECENTES declarações da líder do PSD deixam antever o remoinho político do que seria uma governação à direita, em Portugal. Este temor justifica-se plenamente se atendermos a três aspectos das suas mais recentes manifestações.

Primeiro: a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, conseguiu dizer a mesma coisa e o seu contrário, em tempo recorde, ao referir-se às políticas sociais do Governo. Começou por afirmar que pretendia rasgar "todas as soluções que têm estado a ser adoptadas em termos de política económica e social" e pouco tempo depois disse concordar com as que foram anunciadas por este Governo.

A conclusão é: em boa verdade o PSD reconhece que estão no terreno boas medidas e que seria um atentado político romper com o seu actual desenvolvimento. Mas atenção porque na verdade está a dizer que não obstante serem boas, o PSD só não as rasga se não tiver oportunidade, e só não o diz abertamente porque já percebeu que isso tem consequências nefastas para o partido político que o disser.

Segundo: a líder do PSD vai lentamente provocar uma dor agónica. Na lógica de rasgar com as políticas sociais defendeu que quer fazer transformações profundas, mas nunca em agressão às pessoas porque não pretende criar críspação na sociedade portuguesa. Na verdade durante o jantar com o Grupo Parlamentar do PSD, defendeu ser necessário um "novo modelo de desenvolvimento", o que leva a antever que vamos ter menos Estado e por consequência a protecção social diminui.

A conclusão é: sabe que não dar seguimento às políticas sociais em curso, e nas quais em boa verdade não se revê, seria uma hecatombe social. Mas cuidado porque será isso que na realidade vai fazer, basta olharmos para trás para percebermos que no passado da ideologia do PSD não tem acolhimento a ideia que o Estado tem de assumir responsabilidades sociais de forma efectiva e plena, no respeito pelo princípio da solidariedade social.

Terceiro: a líder do PSD, depois de dizer que concordava com as medidas em curso, acrescentou que as criticava porque a maioria eram apenas anúncios. Ao dizer isto não está apenas a atacar o Governo está sobretudo a desvalorizar o trabalho que as IPSS e as misericórdias estão a desenvolver de forma impar nas áreas da acção social e da saúde, com o apoio do Governo.

A conclusão é: seria útil para as pessoas que clarificasse quais são aquelas que não passam de anúncio porque o programa do Governo está em plena execução na área social e mesmo o que tem evoluído a um ritmo mais lento, como é o caso das equipas domiciliárias de cuidados continuados, está a avançar a bom ritmo e o PSD tem perfeita consciência disso. E, muito importante, é fundamental para os portugueses que o PSD apresente as suas propostas alternativas porque até ao momento não o fez.

Por último, é importante que tenhamos consciência que se o Governo PS não tivesse tido como prioridade inicial pôr as contas do Estado em ordem de forma a poder ajudar as famílias e a desencadear medidas de protecção social para conter os efeitos da crise internacional, neste momento o país estaria a atravessar uma crise de contornos imprevisíveis, com o desemprego a atingir níveis muito superiores.

Relembro que as medidas que estão no terreno são imprescindíveis para a aumentar a protecção social num país cujo plano de desenvolvimento social foi suspenso durante a governação PSD e que foi retomado com todo o afinco e coerência por este Governo.

Guimarães Capital da Cultura 2012

Sucesso económico do país depende das suas cidades

“NÃO há nenhum país de sucesso sem que as suas cidades também o tenham”, afirmou o primeiro-ministro, José Sócrates, acrescentando que “isso depende da boa arquitectura, de bom espaço público, da preservação da memória, da elevação dos padrões ambientais e da atracção de talentos”.

José Sócrates falava na apresentação do projecto “Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012 (CEC2012)”, no Centro Cultural Vila Flor, uma cerimónia que contou com a presença do ministro da Cultura, Pinto Ribeiro, do ex-Presidente da República Jorge Sampaio, do presidente da Câmara, António Magalhães, e de Sir Bob Scott, presidente do Painel de Selecção das Capitais Europeias da Cultura.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro defendeu que, hoje em dia, o sucesso das cidades exige “movida, dinamismo e oferta cultural”, sublinhando, ainda, “a dimensão nacional da Capital Europeia Cultura”.



E salientou que “o evento vai celebrar os valores europeus e o espírito europeu mas será, sobretudo, uma possibilidade de afirmação cultural portuguesa no espaço europeu”.

José Sócrates disse que os vimaranenses podem contar com o apoio do Governo para a execução do projecto, garantindo que “Portugal se sente orgulhoso e honrado por estar representado na CEC/2012 pela cidade de Guimarães”.

Para o primeiro-ministro, “todos os portugueses se sentem um pouco munícipes de Guimarães, o berço e a capital histórica da nacionalidade”. E referiu o projecto “não se limita a ser uma homenagem histórica a Guimarães”, já que, frisou, “é visto por todo o país como uma oportunidade de afirmação cultural para construir uma cidade melhor”.

Sócrates realçou ainda a ambição do projecto, enaltecendo a atitude de não olhar para trás mas de o querer realizar “com os olhos postos no futuro”.

LABORATÓRIO IBÉRICO DE NANOTECNOLOGIA NA VANGUARDA DA INVESTIGAÇÃO MUNDIAL

O LABORATÓRIO Ibérico de Nanotecnologia “simboliza uma nova ambição e é um marco histórico nas relações entre Portugal e Espanha”, afirmou José Sócrates, durante a cerimónia de inauguração daquele equipamento, em Braga, que contou com a presença do Presidente da República, Cavaco Silva, e do rei e primeiro-ministro espanhóis, respectivamente, Juan Carlos e José Luís Zapatero.



Na ocasião, o primeiro-ministro, José Sócrates, salientou a importância do laboratório do para a investigação científica em Portugal, referindo que o novo instituto pretende “atrair e recrutar os maiores investigadores do mundo nesta área”.

Sócrates sublinhou também que o laboratório resultou da “prioridade dada pelas linhas políticas coerentes dos dois países à ciência”, uma prioridade que disse querer ver garantida para o futuro.

O primeiro-ministro realçou a capacidade de aplicação transversal da nanotecnologia a todas as áreas da vida humana para salientar a sua importância para o futuro da investigação mundial.

E recordou a epopeia dos Descobrimentos para considerar que “Portugal e Espanha foram sempre grandes quando se abriram ao mundo”.

No fundo, disse, o objectivo é “colocar as comunidades científicas portuguesa e espanhola na primeira linha da ciência global”, até porque o laboratório “nasce da cooperação entre Portugal e Espanha mas insere-se na rede global do conhecimento”.

Já José Luís Zapatero recordou igualmente “a época dos navegantes” para salientar que os dois países “mostram agora vontade de conseguir, no Atlas do futuro, novos descobrimentos”.

E acrescentou que “este centro surge de um forte compromisso de progresso e cooperação entre povos. Foi ideia, projecto e agora realidade de investigadores, ministros, funcionários, empresas e especialmente do primeiro-ministro José Sócrates, que demonstrou todo o empenho na concretização deste projecto histórico”.

Fábrica de baterias em Portugal Compra de carros eléctricos beneficia de incentivos

OS CIDADÃOS que adquirirem um carro eléctrico beneficiarão de um incentivo de cinco mil euros, que chegará a 6500 se entregarem um veículo para abate, enquanto as empresas terão uma redução de 50% em sede de IRC.

As medidas foram apresentadas, no dia 20, pelo primeiro-ministro, José Sócrates, em São Bento, no final da assinatura entre o Estado português e a Renault Nissan de um memorando para a instalação no nosso país de uma fábrica de baterias para carros eléctricos.

A nova fábrica de baterias, que será a primeira da Europa em conjunto com o Reino Unido, deverá começar a produzir em 2012, envolvendo um investimento de 250 milhões de euros e, numa primeira fase, cerca de duas centenas de postos de trabalho directos.

Na sua intervenção, depois de lembrar que já hoje não há impostos para os carros eléctricos, José Sócrates disse que o Governo vai em breve legislar no sentido de atribuir cinco mil euros a cada cidadão que opte por um carro eléctrico.

Os cinco mil euros serão concedidos a quem decidir comprar um carro eléctrico novo, subsídio que se prolongará até 2012.

Por outro lado, o Estado Por-



tuguês comparticipará com 6500 euros “no caso de essa aquisição resultar do abate um veículo usado”, explicou ainda o primeiro-ministro.

Já em relação às empresas, Sócrates referiu que o incentivo à aquisição para as respectivas frotas far-se-á através de deduções do IRC, com a aplicação de metade da tributação para a aquisição de veículos eléctricos.

Ainda de acordo com o primeiro-ministro, o Governo vai também legislar em breve para que os novos edifícios tenham “obrigatoriamente” pré-instalação de postos de abastecimento para carregamento dos carros

eléctricos nas garagens.

“É absolutamente essencial que Portugal tenha uma infra-estrutura que garanta que nos novos edifícios os utilizadores de carros eléctricos tenham condições para acesso a uma rede de carregamento”, salientou.

Numa cerimónia em que, além do vice-presidente da Nissan Eric Nicolas, também contou com a presença do ministro de Estado, das Finanças e da Economia, Teixeira dos Santos, o primeiro-ministro disse ainda que “o Governo e as autarquias que pertencem à rede de abastecimento, até 2011, vão substituir 20% das suas frotas por carros eléctricos”.

“Finisterra” comemora 20 anos com dupla edição e grafismo renovado

A “FINISTERRA” é um “projecto de futuro centrado nos valores da liberdade e da justiça social e uma sementeira de ideias”, afirmou Guilherme d’Oliveira Martins, colaborador da revista desde o seu primeiro número em 1989, na sessão comemorativa dos 20 anos da revista, no Centro Nacional de Cultura, com a presença de Eduardo Lourenço e Augusto Santos Silva.

J. C. CASTELO BRANCO

NA SESSÃO procedeu-se ao lançamento de um duplo número da revista, que tem como directores adjuntos os socialistas António Reis e Fernando Pereira Marques, subordinado ao tema “Que crise? Que soluções? Que alternativas?”, que apresenta um grafismo renovado.

Na sua intervenção, o director da revista ao longo destes 20 anos, o ensaísta Eduardo Lourenço, que presidiu à sessão comemorativa, referiu que a “Finisterra” desde que deu à estampa em 1989 constitui “um repositório de ordem de reflexão livre, crítica e autocrítica sobre a experiência do socialismo”, havendo sempre nas suas páginas “um espaço para a cultura no seu sentido mais vasto”.

É que, explicou, “socialismo não é apenas uma visão política, é igualmente uma cultura”, lembrando que “todos os grandes socialistas do século XIX eram homens de cultura”.

Eduardo Lourenço enalteceu ainda o empenho e participação ao longo dos 20 anos da revista de prestigiados colaboradores de diversas áreas do pensamento e conhecimento, “como muitos escritores e personalidades conotadas com o socialismo”, que en-

riqueceram o conteúdo da revista e a cultura portuguesa, afirmando não ter dúvidas de que “um dia se descobrirá ao ler os 66 números publicados que também é chique ler a ‘Finisterra’”.

Já Guilherme d’Oliveira Martins, presidente do Tribunal de Contas, que interveio na sua qualidade de membro do Conselho de Redacção e colaborador da revista desde o seu primeiro número, disse que a “Finisterra” não é uma revista neutra, porque tem como linhas orientadoras a liberdade, igualdade e fraternidade” e que “sem ideias e reflexão não há política que valha a pena”.

Depois de recordar que a “Finisterra” já ultrapassou a vida de existência de grandes publicações de referência como foram a “Seara Nova”, o “Vértice” e “O Tempo e o Modo”, Oliveira Martins lançou o desafio de se consultar os números da revista ao longo destes 20 anos, que “constituem uma enorme riqueza do ponto de vista político e cultural, sendo de destacar os extraordinários editoriais de Eduardo Lourenço”.

O ex-ministro das Finanças do Governo de António Guterres sublinhou, por outro lado, que “a cultura esteve sempre presente na revista, já que o factor essencial do desenvolvimento é o conhecimento”.



Na sua intervenção, Oliveira Martins recordou ainda que grandes vultos perenes da nossa vida cívica e cultural como Antero Quental, António Sérgio e Raul Proença foram os nomes mais

citados nas páginas da revista.

Na abertura da sessão interveio o ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, na sua qualidade de director do Instituto de Estudos Políticos da Fundação Res Publica, que edita a revista, onde anunciou o início do processo de digitalização da “Finisterra”, que terminará no final deste ano, das suas edições em papel entre 1989 e 2007. “Trata-se de um rico e valioso material de reflexão sobre o pensamento político em Portugal, que vai estar à disposição de todos”, salientou.

“A ‘Finisterra’ assinala estes 20 anos com um processo de modernização, que inclui, para além

da digitalização, uma renovação gráfica e o reforço do Conselho de Redacção e Conselho Editorial, com a entrada de personalidades cimeiras do pensamento político e da cultura portuguesa”, disse, defendendo que “a melhor maneira de comemorar os 20 anos é investir na revista superiormente dirigida por Eduardo Lourenço, de forma a suscitar e alargar o debate de ideias”.

Colaboram neste número Eduardo Lourenço, Guilherme d’Oliveira Martins, Paulo Pedroso, Joaquim Jorge Veiguinha, Christopher Rude, Augusto Santos Silva, António Dornelas, Elísio Estanque, Fernando Pereira Marques, André Freire, Manuel Meirinho, Diogo Moreira, Carlos Leone, Fernando Mora Ramos, João Soares Santos, Alfredo Margarido e Beja Santos. Como sempre os cartoons de Carlos Brito ilustram os artigos de opinião.

Alegre lança mais um número da “Ops!”

O QUARTO número da revista on-line “Ops”, da corrente Opinião Socialista, dedicado ao tema “Corrupção e urbanismo”, foi apresentado por Manuel Alegre numa livraria, em Lisboa.

Para impedir que “a direita” concretize nas próximas eleições legislativas o sonho de Sá Carneiro, um Governo, uma maioria e um Presidente, Manuel Alegre manifestou-se disponível, inclusivamente, para colar cartazes do PS.

“Penso que é da responsabilidade da esquerda portuguesa, apesar das suas contradições e das suas divisões, impedir que isso aconteça”, afirmou Alegre, acrescentando que “como homem de esquerda e como socialista tenho de dramatizar para mobilizar. Interessa-me mobilizar os meus, aqueles que vivem o 25 de Abril e as transformações sociais da revolução”.

“Como militantes socialistas, sem



abdicarmos da opinião própria nem das divergências até hoje formuladas, continuaremos a bater-nos, dentro e fora do PS, por uma alternativa socialista ao neoliberalismo dominante”, escreve Alegre no editorial da revista, onde rejeita “a reedição do Bloco Central ou de qualquer outra forma de aliança à direita”.

O histórico militante socialista salienta ainda que cada número da revista “contém pistas e propostas que podiam constituir uma importante contribuição para um programa capaz de responder à crise provocada pelo colapso do capitalismo financeiro”.

Nesta edição podem ler-se artigos de opinião de Nuno David, Sérgio Pessoa, Pedro Tito de Moraes, Maria José Gama, Pedro Bringe, Helena Roseta, Eugénio Sequeira, Jorge Martins, José Carlos Guinote e Leonor Janeiro. J.C.C.B.

O “Acção Socialista” suspende, como é hábito, a sua publicação durante o mês de Agosto. Boas férias a todos os camaradas de forma a retemperarmos forças para as campanhas eleitorais de Setembro e Outubro.

Aveiro



**Maria de Belém
Roseira**

Afonso Candal
Sérgio Sousa Pinto
Rosa Maria Albernaz
Vítor Fontes
Filipe Neto Brandão
Marisa Macedo
Manuel São Bento
Óscar Gaspar
Mariana Franco
Raúl Martins
Jorge Sequeira
Rosário Relva
Luís Neto
Regina Fontes
António Freitas

Suplentes
Arminda Martins
Rui Marinha
Ana Maria Silva
José Salavisa
Luis Ferreira

Beja



**Luís Pita
Ameixa**

Fernando Medina
Conceição Casanova

Suplentes
Rui Faustino
Filipe Palma
Ana Raquel Soudo

Braga



**António José
Seguro**

António Braga
Teresa Venda
Miguel Laranjeiro
Fernando Moniz
Sónia Fertuzinhos
Laurentino Dias
Ricardo Gonçalves
Isabel Coutinho
Manuel Mota
Hugo Pires
Palmira Maciel
Frederico Castro
Nuno Sá
Elsa Costa

Hernâni Loureiro
Deolinda Pimenta Vilela
Laurentino Regado
Guilherme Alves

Suplentes
Carlos Rogério
Pedro Silva
Lucinda Fonseca
Alfredo Teixeira
Márcia Barros

Bragança



**Mota
de Andrade**

Luís Vaz
Ana Margarida Dias

Suplentes
Bruno Veloso
Carlos do Nascimento Ferreira
Maria da Luz Almeida (I)
Nuno da Costa Gomes
António Augusto dos Reis (I)

Castelo Branco



**José
Sócrates**

Fernando Serrasqueiro
Hortense Martins
Valter Lemos

Suplentes
Jorge Seguro
Conceição Martins
Artur Patuleia
Nuno Baltazar Mendes
Maria de Lurdes Matos
João Campinos

Coimbra



**Ana
Jorge**

Victor Baptista
Horácio André Antunes
Maria Antónia Almeida Santos
João Portugal
Pedro Artur Guedes Coimbra
Maria Ângela Pinto Correia
Rui Mendes Crisóstomo
António Simões Cardoso
Sónia Sofia Correia Martins

Suplentes
José Girão Vitorino
António Manuel Fernandes Simões
Sara Paulina de Oliveira Monteiro
Eugénio Tavares Fróis
Fernando Jorge dos Ramos

Évora



**Carlos
Zorrinho**

José Carlos Bravo Nico
Paula Nobre de Deus

Suplentes
Rui Manuel Guarda Verdades de Sá (I)
Rita Caldeira Fonseca Martins
Rui Rosado

Faro



**João
Soares**

Miguel Freitas
Isilda Gomes
Jamila Madeira
Hugo Nunes
Fernando Anastácio
Esmeralda Ramires
Manuel Marreiros (I)

Suplentes
Maria José Mestre
Ricardo Luz
Sónia Melo
Sara Brito
Rui Lourenço

Guarda



**Francisco
Assis**

José Albano Marques
Rita Manuela Miguel Borges
Nuno Filipe Silva

Suplentes
Maria Helena Ferreira
Matilde Figueiredo Fernandes
Rúben Lopes Figueiredo
José Santo Freire

Leiria



**Luís
Amado**

José Miguel Medeiros
Maria Odete João
João Paulo Pedrosa
Jorge Gonçalves
Odete Alves
Jorge Sobral
Henrique Henriques
Lucília Pereira da Costa
Victor Vieira

Suplentes
António José Meneses
Eugénia Piteira
Ana Nicolau
Fernando Antunes
José Maria Faria

Lisboa



**Jaime
Gama**

Alberto Costa
Inês Medeiros
José Vera Jardim
Vitalino Canas
Celeste Correia
Miguel Vale Almeida
Miguel Coelho
Manuela Augusto
João Serrano
Pedro Farmhouse
Manuela Melo
Ramos Preto
Duarte Cordeiro
Custódia Fernandes
Rui Pereira
Rui Prudêncio
Teresa Damásio
Marcos Sá
António Galamba
Ana Couto
Sérgio Paiva
Vasco Franco
Manuela Gonçalves
Pedro Pinto
Tiago Bastos
Jesuína Ribeiro
Umberto Pacheco
Paulo Afonso
Graça Teixeira
Silvino Lúcio
Ana Venâncio
Manuel Pimenta
Cláudia Ferreira
Augusto Salgueiro
Ricardo Saldanha
Inês Drummond

José Reis dos Santos
Carla Sousa
Daniel Paredes de Almeida
Luís Costa
Lurdes Mira
Tiago Abade
Sílvia Andrez
Vanessa Porto
Jorge Máximo
Filipe Costa

Suplentes
Isabel Santos
Rute Sofia de Jesus
Nelson Lopes
Ana Azeiteiro
José Isidoro Pratas
Dias Baptista

Portalegre



Miranda Calha

Luís David Trindade de Moreira Testa

Suplentes
Maria da Conceição Barradas Grilo
Miguel Alexandre Ferreira Monteiro

Porto



Alberto Martins

Teixeira dos Santos
Ana Paula Vitorino
José Lello
Augusto Santos Silva
Rosário Carneiro
Manuel Pizarro
Renato Sampaio
Isabel Oneto
Jorge Streche Ribeiro
Manuel Seabra
Maria José Gamboa
José Magalhães
Marques Júnior
Luísa Salgueiro
Fernando Jesus
José Manuel Ribeiro
Glória Araújo
João Paulo Correia
Nuno Araújo
Maria Lurdes Ruivo
Lúcio Ferreira
Mário Mourão
Conceição Loureiro
André Ferreira
Ricardo Bexiga
Alcídia Lopes
José Braga
Luísa Tadeu

João Fernandes
Ana Maria Rocha
Teixeira de Sousa
Joel Azevedo
Lígia Eiras
Paulo Ferraz
Carlos Portela
Georgina Costa
Vitor Monteiro
Raquel Seruca

Santarém



Jorge Lacão

Idália Moniz
João Galamba
António Ribeiro Gameiro
Anabela Freitas
João Sequeira
Fernando Amaro Pratas
Maria da Ascensão Duarte
Bruno Gomes
Maria da Luz Lopes

Suplentes
José Arruda Lopes
Mário André Gonçalves
Ana Margarida Rosa do Céu
Nuno Filipe Baptista
Rita Roque dos Santos
Bruno Jorge Vicente Tomás
Maria Inês Pereira Maurício
Mara Lúcia Coelho
Hugo Miguel Costa
Marina Lopes Honório
Nádia Margarida Pereira

Setúbal



Vieira da Silva

Eduardo Cabrita
Eurídice Sousa Pereira
Pedro Marques
Ana Catarina Mendes
Catarina Marcelino
Oswaldo de Castro
Luís Maldonado Gonelha
Sofia Conde Cabral
Amilcar Santos Romano
Alexandre Rosa
Maria Jose Esteves
Nuno Vasco Tavares
João Filipe Alves Barata
Helena Maria Parreira Domingues
Artur Fernando Lemos
Carlos Manuel Gouveia Lopes

Suplentes
Maria Guilhermina Pinhal Ruivo

José António Contradaças
João Marcelino Rodrigues
Filomena Anjos Cunha
Carlos Manuel Alves Trindade

Viana do Castelo



Rosalina Martins

Defensor de Oliveira Moura
Jorge Manuel Gonçalves Fão
Maria da Conceição Soares
Anabela Rodrigues
Paulo Jorge Pimenta

Suplentes
Maria de Fátima Gandarela
Dora Maria Machado Cruz
José Pedro Amaral
Manuela Maria Ferreira
Maria Luísa Dias Gomes

Vila Real



Pedro Silva Pereira

José João Bianchi
Paula Barros
José Mimoso
Fernando Morgado

Suplentes
Marta Almeida
José Eduardo Borges
Helena Ervedosa
Paulo Mota
João Carlos Gomes
Ana Isabel Alves Dóres
José Abraão

Viseu



José Junqueiro

Acácio Pinto
Elza Pais
José Rui Cruz
Paulo Barradas
Helena Rebelo
João Cruz
Neuza Carvalho
Armando Martins

Suplentes
Alcina Saraiva
Cátia Rocha
António Pedro Pereira Dias

Raquel Ferreira
Rui Neves

Açores



Ricardo Rodrigues

Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luísa Santos
Lisa Ventura Garcia
Álvaro Silvano

Suplentes
Eugénia Amaral
Marta de Sousa Gregório
Fábio António Vieira
Isabel Mendes
Cecília Maria Rodrigues

Madeira



Bernardo Trindade

Miguel França
Isabel Sena Lino
Orlando Fernandes
Guido Gomes
Carmina Correira

Suplentes
Paulo Santos
Rui Ornelas
Carolina dos Santos
Maria do Carmo Jesus
Roberto Santos
Moisés Cova

Europa



Paulo Pisco

Maria de Lurdes Rodrigues

Suplentes
Dora Mourinho
Carlos Ferreira

Fora da Europa



Renato Leal

José Duarte Alves

Suplentes
Maria das Dóres Faria
José Rocha Dinis

OPINIÃO

LUÍS MIGUEL
FERREIRA

Para a direita o apoio aos mais desfavorecidos é encarado como uma esmola e não como um direito das pessoas a uma vida digna

ARMÁRIO DOS BRINQUEDOS

COMEÇO a achar que escrever sobre o computador “Magalhães” é, para muita gente, uma forma de colmatar falhas de inspiração. Quando não há assunto (e isso acontece a todos), malhar no “Magalhães” está na moda! Confesso que ultimamente também tenho escrito várias vezes sobre o “Magalhães”, não por falta de assunto, mas antes numa tentativa de rebater argumentos que, muitas vezes, roçam mesmo a estupidez. Por mim, prefiro enaltecer as virtudes do projecto mas, desta vez, não é esse o objectivo.

Numa recente edição do Jornal “i”, Inês Teotónio Pereira num texto intitulado de “Toda a verdade sobre o “Magalhães””, embora refira que, inicialmente, tenha gostado da ideia, assume que o “Magalhães” lhe entrou “pela casa adentro e alojou-se no armário dos brinquedos, entre a Playmobil e os jogos de PlayStation”. Mais: considera mesmo o “Magalhães” um “computador dos trezentos”, um “brinquedo”, e sempre que os seus filhos, “têm de trabalhar, vão para o computador e arrumam o “Magalhães””.

Não posso deixar de confessar que esta argumentação me chocou. E nem sequer vou entrar, desta vez, na discussão dos méritos do projecto e-escolinha (mais conhecido por “Magalhães”) na Educação, no processo ensino-aprendizagem. Na verdade, repugna-me ouvir pessoas como Inês Pereira que revelam não possuir qualquer sensibilidade social, nem a mínima atenção e respeito pelos que nada têm. A distribuição do “Magalhães” aos alunos do 1º ciclo, a todos os alunos do 1º ciclo, permite “apenas” isto: fazer chegar um computador a todos os crianças, independentemente do seu extracto social. Este projecto cria igualdade de oportunidades no acesso às tecnologias e isto não é irrelevante. Se para famílias como a que Inês Pereira pertence pode não fazer sentido, para muitas outras, para a grande maioria das famílias portuguesas, o “Magalhães” é a diferença entre haver ou não haver um computador em casa. Em Portugal, em 2008, apenas 50% dos agregados familiares tinham computador em sua casa, sendo de referir que enquanto na região de Lisboa esse valor ascende a 58%, já no Norte do país esse valor situa-se nos 48%. Certamente que para a família de Inês Pereira o “Magalhães” é apenas mais um computador e, portanto, preferiam que fosse um VAIÓ (azul bebé para os meninos e rosa para as meninas) ou até um Apple dos fininhos. No entanto, para muitas famílias portuguesas, para a maioria das famílias portuguesas, o “Magalhães” é o primeiro computador a entrar em casa.

Para que se perceba esta crónica é relevante referir que Inês Pereira foi adjunta de Paulo Portas quando este foi ministro da Defesa e, como tal, certamente partilhará pontos de vista próximos da direita. Para os que acham que governar à esquerda e à direita é a mesmíssima coisa, têm aqui um excelente exemplo que demonstra precisamente o contrário. São pontos de vista distintos, são formas completamente opostas de ver e de construir a sociedade, são princípios diferentes que levam a prioridades também bem diferentes. Para mim é claro que se a direita, porventura, ganhasse as próximas eleições legislativas, este seria, certamente, um dos projectos para rasgar! À direita (e estou a falar do CDS e PSD) não interessa encontrar mecanismos que esbatam desigualdades sociais e que promovam igualdade de oportunidades. Para a direita isso não interessa nada! Para a direita o apoio aos mais desfavorecidos é encarado como uma esmola e não como um direito das pessoas a uma vida digna.

Mas há um outro aspecto na crónica de Inês Pereira que me arrepiou pelo egoísmo, insensatez e desperdício revelados. Ela refere que para os seus filhos o “Magalhães” é um brinquedo que a escola deu”. Ora, provavelmente até estaremos a falar de uma família que acedeu ao “Magalhães” pela quantia de 50 euros, de forma absolutamente voluntária. Não creio estarmos perante uma família que seja propriamente necessitada, porque para esses o valor desce para 20 euros ou mesmo para zero. O que me arrepiava é, portanto, o facto de esta família ter solicitado o “Magalhães” para colocá-lo no caixote dos brinquedos. Esta gente não entende que este “Magalhães” poderia fazer jeito a uma família que tenha dois filhos e a quem estes mesmos 50 euros fazem grande diferença. Por isso é que termino sugerindo a Inês Pereira que, em vez de arrumar o “Magalhães” no armário dos brinquedos, faça a sua doação a uma outra família que precise ou quem sabe, a uma instituição que lhe dê outro uso. Acredite, cara Inês Pereira, que é bem melhor do que ir para o lixo!

INICIATIVA

Universidade Meridional Algarve deve diversificar a sua economia

O TURISMO tem sido a grande alavanca do desenvolvimento do Algarve, mas pode vir a ser “uma armadilha” se a região não diversificar a sua economia e reforçar a “notoriedade” para se tornar “competitiva, criativa e inovadora à escala europeia”, afirmou o ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Nunes Correia falava em Faro, na sessão de encerramento do II Curso da Universidade Meridional promovida pela Federação do PS/Algarve em colaboração com a Fundação Res Publica, durante a qual fez o balanço dos últimos 20 anos da política de coesão no país.

Fazendo uma avaliação do que se passa na região em matéria da nova agenda introduzida na política de coesão pelo Tratado de Lisboa, nomeadamente a coesão territorial, que atribui uma atenção crescente às especificidades regionais, Nunes Correia apontou o ordenamento e o ambiente como “os grandes aliados de um Algarve equilibrado, desenvolvido e próspero a longo prazo”.

Segundo sublinhou o ministro do Ambiente, a região tem condições para ser uma das mais atrativas da Europa, mas deve apostar fortemente na valorização do seu “cosmopolitismo” e na preservação das suas riquezas naturais, “olhando cada vez mais para todas as áreas da economia”.

É que, explicou, “o turismo tem



sido o motor do desenvolvimento e tem um grande poder de arrastamento de outros sectores como os da construção e serviços, mas pode tornar-se também numa armadilha do desenvolvimento, pois há um certo risco de monocultura”.

Neste quadro, Nunes Correia considerou que a “grande carência de inovação” e a “necessidade de diversificação da economia da região” exigem uma aposta forte em novas vertentes ligadas a esta actividade, como o turismo cultural e da natureza, bem como nos sectores agro-alimentar, saúde, energias renováveis, tecnologias da informação e indústrias criativas, a par da valorização dos patrimónios cultural e natural.

A encerrar o Curso de Política e Administração Autárquica, o presidente da Federação do PS/

Algarve, Miguel Freitas, elogiou o esforço desenvolvido pelos organizadores e formandos desta segunda acção de formação de quadros na região, na área política, tendo salientado “a exigência, qualidade e seriedade” com que o professor Adriano Pimpão, reitor da Universidade Meridional, se empenhou nesta causa.

Miguel Freitas desafiou ainda os participantes no II Curso promovido pela Federação a utilizarem os conhecimentos adquiridos ao longo dos últimos meses nas próximas campanhas eleitorais.

“Passamos de uma fase de reflexão política, que foi o objectivo principal deste nosso trabalho na Universidade Meridional, para o combate político, no qual tudo aquilo que aprendemos aqui é importante”, disse.

Deputados do PS criticam PSD por não ter aprovado leis fundamentais para os Açores

OS DEPUTADOS socialistas dos Açores na Assembleia da República, Ricardo Rodrigues, Luís Fagundes Duarte e Renato Leal, fizeram um “balanço positivo” do seu mandato, que permitiu um “reforço das estruturas autonómicas”, e teceram fortes críticas ao PSD por não ter apoiado as “três leis fundamentais” para a região autónoma aprovadas no hemiciclo de São Bento.

“Há uma estratégia do PSD para a restrição dos poderes autonómicos e para que os Açores recebam menos verbas”, denunciou Ricardo Rodrigues, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PS, numa referência à oposição do partido de Ferreira Leite ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores e às novas Lei das Finanças Regionais e Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional.

“Nestas três leis fundamentais para os Açores viu-se o esforço do PS e o voto contra do PSD”, frisou, acrescentando que o anterior e a actual líderes regionais do PSD “não conseguiram que o partido a nível nacional votasse a favor dos Açores”.



Numa conferência de Imprensa em Ponta Delgada, Ricardo Rodrigues recordou ainda que a actual presidente do PSD “quando era ministra das Finanças cortou uma verba de 20 milhões” que seria enviada para os Açores na sequência do violento sismo ocorrido no Faial.

No balanço do mandato legislativo que agora terminou, os três deputados socialistas açorianos consideram que foi “extremamente positivo” para a região, já que permitiu “um reforço das estruturas autonómicas”.

Para a próxima legislatura, que terá poderes constituintes, Ricardo Rodrigues adiantou que “não há intenção do PS em mexer no Estatuto Político-Administrativo e na Lei das Finanças Regionais porque são bons”, mas frisou que os socialistas “estarão preparados para defender os interesses da região” caso seja despoletado o processo de revisão constitucional.

Reinaldo Fragoso, candidato do PS à Câmara de Sobral de Monte Agraço

“Juventude, acção social e ordenamento do território são as prioridades”

“Estamos em condições de dar um contributo para responder às necessidades e anseios dos sobralenses, no meio rural e urbano”, considera Reinaldo Fragoso, candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, afirma que os pontos prioritários do seu programa eleitoral são a aposta na juventude, nas questões sociais e no ordenamento do território. Reinaldo Fragoso responsabiliza ainda os 30 anos de gestão municipal da CDU pela “estagnação económica e social” em que o concelho se encontra.

Que trunfos considera ter a sua candidatura para conquistar a Câmara de Sobral de Monte Agraço?

A dedicação à terra onde nascemos e vivemos, a solidariedade e fidelidade a causas e aos valores identitários e sociais do Sobral e da região.

O trabalho voluntário da nova geração de potenciais e jovens autarcas, sobretudo independentes que constituem os cabeças-de-lista do PS às assembleias de freguesia, outros mais experientes, e militantes representados em todos os órgãos, com novas ideias, determinação nas políticas, responsabilidade nas estratégias e ética nos comportamentos, constituam razões para virmos a ter novo protagonismo, com força e soluções.

Encontramo-nos em condições de dar um contributo para responder às necessidades e anseios dos sobralenses, no meio rural e urbano, criando políticas autárquicas novas baseadas na pessoa, fomentando o emprego local no mercado de trabalho empresarial e na iniciativa própria (empreendedorismo) e de desenvolver uma política urbana capaz de fixar a população, de ir ao encontro da juventude e de apoiar os nossos idosos e os mais desfavorecidos.

Estamos melhor posicionados para atacar os verdadeiros problemas do despovoamento nas aldeias e lugares, de apoiar o mundo rural, o agricultor, valorizando os produtos da terra, o comércio, o turismo, a gastronomia, a qualidade dos serviços e o bem receber, contribuindo para a verdadeira “marca Sobral”.

Quais os pontos prioritários estratégicos do seu programa eleitoral?

Sem dúvida, a aposta na juventude, nas questões sociais e nas questões do ordenamento do território.

Como socialistas, as áreas da solidariedade e do apoio social aos nossos idosos, reformados, desempregados e aos mais desfavorecidos, de forma a disponibilizar mais creches e lares e unidades móveis que se desloquem para prevenir ou acudir a pessoas críticas e a situações de cuidados de saúde, ou carros oficina, e muitas outras situações como estas, devidamente justificáveis e enquadradas na lei, que constituem bandeiras do Governo PS nas áreas da solidariedade social.

Em matéria do PDM, este deve ajustar-se às necessidades do concelho, de

maneira a se combater o despovoamento e o abandono dos lugares e aldeias.

Outra área prioritária é o da oferta turística, onde se têm desbaratado oportunidades para se fixarem unidades hoteleiras, devendo as iniciativas dos privados serem antes mais acarinhadas, incentivadas e apoiadas, bem como interessará valorizar e divulgar a riqueza do nosso vasto património histórico e natural.

Como pensa envolver no programa e na campanha eleitoral os independentes e as forças sociais da região?

Reunindo individualidades do concelho, fazendo, ou não, parte integrante da nossa candidatura, pessoas capacitadas motivadas e bem preparadas que possam estar envolvidas no nosso projecto autárquico, integrando e partilhando ideias, estendendo e alargando contactos e ligações com as associações, colectividades e outros agentes económicos e sociais do concelho.

Dando aos independentes idênticos direitos e prerrogativas dos militantes, estes aproximam-se ou integram a nossa candidatura, como o fazem já grande parte dos elementos das nossas listas que estão também na vida associativa do Sobral. Sendo estes uma mais-valia na identificação e resolução dos problemas locais que dizem respeito à vida do concelho, mais próximos com o meio, esta sua participação contribui decisivamente para a busca e partilha de soluções em comum com a comunidade e com a expressão do partido, nas realizações práticas dos problemas locais para as satisfações das pessoas, na busca das melhores soluções para os problemas locais com a presença do partido.

Quais os principais problemas que identifica no concelho e que soluções tem previstas para os ultrapassar?

Subsistem problemas estruturantes no concelho que o actual executivo CDU, no poder há 30 anos não conseguiu resolver, entre os quais sublinharia a incapacidade de contrariar a tendência da desertificação dos lugares.

No nosso entender, tal deve-se, em grande parte, à concentração excessiva de bens e serviços na sede da vila.

Os orçamentos municipais reflectem uma relação desproporcionada de despesas com pessoal, sendo o Executivo camarário o maior empregador do



concelho, ficando sem capacidade de investimento público e social, sem que se deixe de endividar.

Entendemos que a autarquia devia desenvolver políticas que fomentem e tenham como objectivo o apoio à iniciativa empresarial e ao empreendedorismo, criando condições para estes empregos se fixarem numa verdadeira zona empresarial, promotora de uma efectiva criação e consolidação de postos de trabalho.

Exploraremos formas de apoio à habitação, como a política de preços controlados, a melhoria das acessibilidades ou o apoio à criação de unidades hoteleiras.

Falta uma efectiva certificação e protocolo ambiental e muitas outras carências no domínio da formação profissional para jovens e seniores.

Que acções pode lançar a câmara, no âmbito das suas competências, para fixar a população, nomeadamente os jovens, e travar a desertificação?

Para fixar população no local que trabalha, devem-se criar empregos locais no mercado de trabalho empresarial ou por iniciativa própria, sem ser à custa de empregos da autarquia e seus serviços.

Fazem falta políticas locais de habitação social, aquisição a custos controlados, apoiar bolsas de estudo, artes tradicionais e ofícios, formação sobre o saber fazer, etc.

Um parque escolar requalificado, a aposta na promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis e a prevenção e prestação de pequenos cuidados de saúde através de uma unidade móvel, a descentralização de bibliotecas itinerantes, da Internet e multimédia nos lugares com protocolos com operadoras de telecomunicações para acessos de informação, dados e imagem, o combate ao analfabetismo, satisfação das infra-estruturas básicas e saneamento, o fomento da oferta de bens e serviços e o aumento de parques desportivos e de lazer, são algumas condições para o aumento da qualidade de vida nas aldeias e lugares, pois 75% da população se concentra no Sobral.

Uma verdadeira política urbana de

apoio aos operadores turísticos e hoteleiros, a fixação de mão-de-obra jovem e qualificada pressupõe criar as condições que contrariem a saída de quadros superiores e de empregadores.

A concentração de pólos e parques tecnológicos em zona industrial, se ligada a novas áreas da economia do conhecimento, da investigação, investindo na transição para uma economia ecologicamente sustentada, do ambiente e recursos naturais (água, vento, floresta, etc.) e nas energias renovadas, possibilita maior articulação das empresas com os estudantes que possam cá querer ficar.

Desenvolver estilos de vida saudáveis, através de ciclovias e caminhos pedonais, sessões de actividade física sénior, fomentar o uso das instalações das piscinas municipais, bem como instalar junto ao parque municipal de jogos, entre outras iniciativas, de modo a envolver a população desenvolvendo o gosto de viver no Sobral.

A ruralidade marcada no interior do concelho deve ser apoiada, assim como o mundo rural, criando parcerias, apoios e protocolos que se justifiquem, divulgando os produtos da vinha e do vinho, a gastronomia, os produtos da terra e o artesanato.

Qual a herança da gestão da CDU à frente dos destinos do município neste mandato que agora termina

Os problemas da “herança CDU” têm contribuído para o atraso e a estagnação económica e social do Sobral nos últimos 30 anos.

Sem orientação estratégica para enfrentar os grandes desafios do futuro e da modernidade, o concelho tem-se isolado cada vez mais face aos concelhos vizinhos e aos concelhos que integram a Oeste-CIM. Sem capacidade negociável visível junto dos vários governos, assim como, com os empresários, as operadoras turísticas e hoteleiras que pretendem-se instalar no concelho, devem ser mais apoiadas, acarinhadas e incentivadas a se fixarem no concelho para promoverem novos postos de trabalho, o que não tem acontecido.

Após terem sido lançados há mais de 30 anos, com meios adequados, os

principais projectos estruturantes da vila, através do primeiro e único mandato do PS em democracia, a CDU tem vindo, ao longo do longo tempo a concretizá-los.

Faltam ainda infra-estruturas e saneamento básico em aldeias e lugares no concelho e o PDM desajustado às necessidades actuais do concelho.

Com pouca obra e vida, sem bens e serviços necessários aos lugares e às aldeias do concelho, há excesso de centralização da oferta no centro da vila, o que leva ao êxodo das populações para o centro. Porém, este também não tem condições ideais para aí morar, por falta de uma política de habitação adequada, preferindo grande parte morar fora do concelho. Este centro dispõe de um comércio local de qualidade, de uma invulgar concentração de bancos, mas não é particularmente conhecido pela excelência de uma verdadeira política social que fomente nos jovens e idosos o gosto para aí permanecerem caso se não desenvolva condições para atracção do investimento privado, de um clima de segurança e instalações próprias desportivas e formativas para se desenvolverem escolas e espaços de formação profissional para jovens e para seniores.

Em que áreas pensa maximizar as potencialidades de Sobral de Monte Agraço, com vista a um rumo de desenvolvimento sustentável?

Por um lado, é desejável que o concelho, aposte em áreas do conhecimento, ecologicamente sustentáveis, como na água, florestas, energias alternativas, na nova economia, inovação, moda, design, e muitas outras. Para os seniores, afastados do mercado de trabalho é do interesse municipal criar condições para a frequência de universidades ou institutos seniores. Por outro lado, o concelho identifica-se com o que o diferencia e faz melhor, com o que interessa preservar, como a riqueza do seu artesanato local, cutelarias, horto-frutícolas, produtos do seu campo, paisagem, monumentos e história (os fortes inseridos nas Linhas de Torres).

Um Plano de Marketing Territorial adequado em que sejam inventariadas e requalificadas, e depois divulgadas, as nossas vantagens competitivas, leva a que a autarquia aposte antes em atrair investimento, fixar unidades hoteleiras, valorizar quintas históricas, alargar a oferta turística, acompanhada com comércio, e promova a “marca Sobral” em eventos e produtos, integrando o vinho, a vinha, os moinhos, as Igrejas e os monumentos, as quintas históricas e as Linhas de Torres.

A falta de concentração em zona ou zonas industriais e de parques tecnológicos em colaboração com estudantes universitários, será outra das potencialidades a desenvolver. Criaremos condições para a constituição de um verdadeiro e activo Gabinete de Apoio Empresarial e de uma verdadeira zona industrial digna desse nome.

Candidato do PS denuncia descalabro na Câmara de Leiria

A CÂMARA de Leiria está mergulhada num “descalabro financeiro”, acusou Raul Castro, independente, que encabeça a lista do PS à autarquia, num jantar de apresentação da sua candidatura, que reuniu mais de mil apoiantes e teve a participação do líder socialista, José Sócrates, que apelou à mobilização para a vitória socialista no concelho.

Face ao actual cenário de marasmo e ausência de estratégia, Raul Castro defendeu que chegou a hora de transformar a Câmara de Leiria, governada há longos anos pela edil do PSD, Isabel Damasceno, “numa autarquia bem organizada, gerida com competência e justiça, que não ceda ao amiguismo, às pressões ilegítimas e aos interesses casuísticos”, ou seja, frisou, é necessária “uma autarquia que coloque a resolução dos problemas das pessoas como o seu mais importante desafio”.

O candidato do PS mostrou-se particularmente preocupado com o endividamento do município, salientando que “cada leiriense deve, por conta da Câmara, mais de 1100 euros, e que são pagos por dia mais de oito mil euros de juros”.

Por isso, assegurou, todos os projectos “terão na sua base, sempre, critérios de racionalidade financeira, não só em função da conjuntura, mas principalmente devido ao descalabro em que está mergulhada a situação financeira



da câmara, como eu próprio e o PS temos vindo a denunciar desde há anos”

Afirmado-se portador de um projecto de mudança para Leiria, Raul Castro comprometeu-se, caso seja eleito presidente da autarquia, a criar uma via verde para o investimento e novos pólos industriais, para estancar a fuga de empresas para outros concelhos e atrair novos investidores, com o

objectivo de criar postos de trabalho e gerar riqueza.

Pagar aos fornecedores “em prazos decentes” e cumprir prazos na apreciação dos projectos de construção foram outras medidas avançadas pelo candidato socialista, que alertou para o facto de “os nossos adversários irem usar todos os meios ao seu alcance para nos impedir de vencer”.

E denunciou que “todos os dias

chegam relatos de pressões sobre os cidadãos que se querem juntar a nós”, defendendo que é preciso “acabar com esta forma de tratar os leirienses como ignorantes e como terceiro-mundistas”.

Na sua intervenção, o candidato do PS disse ainda que “temos muito de trabalhar” e, por isso, adiantou, “vamos ter com as pessoas e explicar-lhes o nosso projecto, as nossas ideias”, num trabalho que

será feito “em estreita cooperação com os autarcas da freguesia”.

Raul Castro referiu ainda a intenção de dedicar mais atenção à juventude, “criando um centro de artes e mecanismos de apoio à criação artística, bem como apoio a projectos de fomento ao emprego jovem”.

Já o secretário-geral do PS, José Sócrates, que marcou presença por breves minutos no jantar de apresentação da candidatura de Raul Castro, apelou “à mobilização e empenhamento de todos” para uma vitória socialista no concelho nas próximas eleições autárquicas.

“Isso seria a vitória não apenas do PS, mas a vitória de todos aqueles que desejam uma mudança política em Leiria ao serviço de uma melhor cidade, com mais oportunidades para todos os leirienses”, disse, acrescentando: “Não quis deixar de passar por aqui para desejar boa sorte a Raul Castro e para exprimir uma palavra de confiança nesta candidatura”.

Marcou também presença na apresentação da candidatura o dirigente nacional do PS e ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, que sublinhou que Raul Castro apesar de se candidatar já pela terceira vez à autarquia leiriense, “foi capaz de resistir e assumir a sua vontade de ser presidente da câmara, e esta é a primeira qualidade de um líder político”. J.C.C.B.

A MUDANÇA QUE ARMAMAR MERECE

“PRETENDO que esta candidatura seja a mudança que Armamar merece”, afirmou o candidato do PS à presidência da câmara, Américo Moreira, prometendo para o concelho “um novo impulso”, através de uma aposta no turismo e na captação de novos investidores.

“As paisagens de Armamar são realmente fantásticas, com um potencial que não está a ser explorado porque não há ideias”, salientou, garantindo que tudo irá fazer para “atrair novos investidores”.

O cabeça de lista do PS em Armamar justifica a sua candidatura com a necessidade de

“traçar rumos estruturantes para fixar populações mais jovens”, acrescentando que “é preciso trabalhar com todos e para todos, e, por isso, pretendo motivar as pessoas e levá-las a participar activamente”.

Num concelho liderado pelo PSD há quase um quarto de século, Américo Moreira reconhece que tem pela frente uma tarefa “muito difícil”, acrescentando que, nos últimos anos, “tem sido um 5-0, com o qual é preciso terminar, pois as pessoas estão descontentes”.

Entres as carências de Armamar, Américo Moreira, professor de literatura, aponta a necessidade de “uma variante à vila para que as pessoas venham e invistam”.



Eduardo Bragança quer tirar Felgueiras da letargia

SE FOR eleito presidente da Câmara de Felgueiras, o camarada Eduardo Bragança tem como prioridade os apoios aos mais desfavorecidos e incentivar as empresas que pretendam investir no concelho.

“A nossa preocupação vital são as pessoas e as empresas. É a isso que vamos dedicar o nosso esforço e dedicação”, disse o candidato do PS na sessão de apresentação da sua candidatura autárquica, que decorreu no dia 25 de Julho, na sala principal da Casa do Sobrado, em Felgueiras.

Na ocasião, Eduardo Bragança garantiu que irá trabalhar para tirar Felgueiras da “letargia em que mergulhou nos últimos anos”.

“Vamos terminar com o estado do marasmo, do erro e da incompetência”, acrescentou.

Para o candidato do Partido Socialista, o projecto que lidera “solidifica as vertentes do mérito, capacidade e vectores sociais para uma nova política que encerre este ciclo nefasto e de má memória para os felgueirenses”.

E prometeu reduzir os custos da água e das taxas dos resíduos, assegu-

rando que uma autarquia gerida pelo PS estará “ao lado das classes mais desfavorecidas e dos grupos de risco”.

Eduardo Bragança anunciou igualmente a sua intenção de construir um parque na cidade de Felgueiras, um pavilhão multiusos, proceder à recuperação da Felmostra, do arrelvamento do estádio Dr. Machado de Matos e completar a variante urbana.

Presentes na apresentação da candidatura autárquica socialista, estiveram o dirigente nacional José Lello e o líder da bancada socialista na Assembleia da República, Alberto Martins.

José Lello, deixou elogios a Eduardo Bragança, frisando que o candidato do PS, “é um homem sério e determinado, trava em Felgueiras um combate contra a demagogia e o populismo”.

Por sua vez, Alberto Martins disse que uma vitória do partido nas autárquicas em Felgueiras “permitirá ao concelho recuperar o tempo perdido”.

“O combate de Eduardo Bragança em Felgueiras é contra aqueles que não estão do lado do progresso.



Temos em Eduardo Bragança uma candidatura limpa, que se apresenta com uma vontade firme de ganhar aquilo que os felgueirenses merecem. Felgueiras merece o PS e o PS merece os felgueirenses”, afirmou.

Já líder da Federação do Porto, Renato Sampaio, afirmou que é chegada a hora de Felgueiras não ser apenas “conhecida pela fachada de um tribunal”.

Impossibilitado de estar presente, o secretário-geral do PS, José Sócrates enviou uma mensagem onde elogiou o sentido de responsabilidade do candidato e a sua predisposição para governar o município em prol das populações.

António Carmo, candidato do PS à câmara

“Posicionar Santarém num patamar elevado de desenvolvimento”

“A melhoria da qualidade de vida das pessoas” é a matriz do programa da candidatura de António Carmo à presidência da Câmara de Santarém, que promete “empenhamento total” num “projecto audacioso que posicione Santarém num patamar elevado de desenvolvimento”. Em entrevista ao “Acção Socialista”, o cabeça-de-lista do PS garante ainda que fará “uma gestão municipal com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas”, no âmbito de “uma dedicação total às causas do bem comum”.

Com que espírito encara o desafio de ser o candidato do PS à presidência da Câmara de Santarém?

Encaro o desafio de ser o candidato do PS à Câmara de Santarém com um espírito de vitória, tendo como lema “Servir Santarém”. A esta filosofia ligam-se alguns princípios e valores sem os quais não será possível gerir os destinos do concelho na perspectiva do desenvolvimento e do bem-estar dos munícipes: comprometimento e respeito; eficácia e eficiência; ética e honestidade; profissionalismo e pragmatismo; e rigor e seriedade.

Cumprirei escrupulosamente o programa que apresentar ao eleitorado, pois não vou elaborar um programa megalómano, surreal e descontextualizado, mas sim um programa realista e exequível que de uma vez por todas se cumpra e não se fique por mera promessa eleitoral.

Quais são as prioridades do programa socialista para a autarquia?

O programa que irei apresentar terá como matriz “A melhoria da qualidade de vida das pessoas”. Será uma gestão municipal com as pessoas, pelas pessoas e para as pessoas. Para cumprir Santarém, há prioridades inadiáveis, a saber: saneamento financeiro; conclusão do saneamento básico do concelho; desenvolvimento da indústria do turismo, potenciando três vertentes: património histórico-cultural e religioso; tradições ribatejanas e património ambiental; recuperação da ribeira de Santarém; reabilitação e dinamização do centro histórico; optimização da rede social com vista a uma política de acção social integrada; desenvolvimento de uma política educativa de qualidade; construção de um complexo poli-desportivo e áreas de lazer; e dina-

mização e requalificação das zonas de desenvolvimento económico.

Que medidas tomará, caso seja eleito, para aproveitar as enormes potencialidades de Santarém?

Entendo ser necessário tomar algumas medidas de fundo, com visão de futuro, mas tendo por base um estilo de liderança diferente daquilo que tem sido feito em Santarém. Pretendo ser um líder, democrático e pluralista, de equipas de trabalho competentes e de qualidade. Serei o responsável máximo de uma equipa de vereadores, a quem caberá decidir, não sem antes ouvir e reflectir, maduramente, sobre as ideias que me chegarem, quer dos meus colaboradores mais próximos, quer da mole humana que comigo quiser “pensar Santarém”.

Assim, equaciono a possibilidade de realizar, logo que seja eleito, fóruns temáticos relativamente aos problemas que urge ultrapassar para colocar o concelho de Santarém na rota do desenvolvimento e do progresso. Estrategicamente, penso utilizar os métodos de trabalho certos para a consecução dos objectivos que serão a base do meu programa eleitoral.

Com vista à manutenção e criação de emprego, quais as iniciativas planeadas?

Embora acredite, como socialista que sou, no papel interventivo do Estado em alguns domínios, entendo que o papel do poder local não é o de criador de empregos. A autarquia deve antes ser uma ponte que possa fazer ligar as necessidades de emprego do concelho com as empresas, essas sim criadoras de emprego e potenciais geradoras de riqueza.

Desenvolverei e promoverei a



requalificação das zonas de desenvolvimento económico, de forma a torná-las mais organizadas, funcionais e produtivas. Aproveitarei a centralidade de Santarém e a proximidade da Grande Lisboa para atrair investimento.

Na actual conjuntura de crise económica, que medidas pensa lançar na área social, no âmbito das competências da autarquia, para apoiar as famílias de menores rendimentos e as empresas instaladas no concelho?

Rentabilizar os espaços pertencentes à autarquia, nas diversas freguesias do concelho, para funcionarem como centros de apoio social nas mais variadas áreas. Dinamizar o aconselhamento da economia familiar. Facilitar o acesso à habitação social. Optimizar a rede social.

Que principais problemas identifica no concelho?

Os principais problemas que identifico no concelho são: acréscimo da dívida da autarquia; degradação do património edificado; inexistência de saneamento básico em alguns locais do concelho; fraco aproveitamento do potencial turístico do concelho; falta de uma política integrada de acção social; inexistências de um complexo desportivo; poluição do Alviela; constrangimento da activi-

dade económica no centro histórico; e instabilidade das barreiras de Santarém.

Como vai demonstrar aos escalabitanos que tem um projecto melhor que o do mediático presidente da câmara, Moita Flores?

Não é difícil demonstrar aos escalabitanos que tenho um projecto melhor. O programa eleitoral que iremos apresentar aos nossos conterrâneos, cujas ideias foram elencadas anteriormente, demonstrarão aos escalabitanos as soluções adequadas aos problemas identificados. O actual presidente tem sido um mero executante de projectos do PS, anteriormente aprovados e com financiamento garantido.

Que modelo de campanha vai desenvolver e como pensa envolver os militantes socialistas e as forças vivas da região?

Desenvolverei um modelo de campanha assente na elevação, na tolerância, no respeito e no pluralismo democrático, que privilegie o debate de ideias e não despreze a luta política.

Envolverei os militantes socialistas, fazendo passar a mensagem de que a única forma de mudar o concelho é “estarmos juntos por Santarém!”, numa candidatura que só está no terreno para servir os interesses dos

escalabitanos e do concelho. No entanto, estou certo que este envolvimento será natural, dado ter sido uma escolha unânime do Partido Socialista.

Quanto às forças vivas da região, vejo-as como mola impulsadora do desenvolvimento local, num trabalho de parceria e em rede.

O que podem esperar os munícipes de António do Carmo à frente dos destinos da autarquia?

Os munícipes podem esperar de mim muito trabalho, empenhamento total e um projecto audacioso que posicione Santarém num patamar elevado de desenvolvimento. Encararei cada adversidade com a mesma força de vencer. No lugar do desânimo colocarei a perseverança. Estarei com as pessoas em todos os momentos, mas especialmente quando mais precisarem de mim. Podem esperar de mim uma entrega total e exclusiva a Santarém.

Não pactuarei com interesses contrários aos do nosso concelho. Serei rigoroso na análise, atento aos diagnósticos, fiel aos objectivos traçados e sensível à avaliação que se fizer do trabalho da minha equipa, que se revê nestes princípios de actuação.

Podem ainda esperar de mim uma dedicação total às causas do bem comum e da melhoria da qualidade de vida dos escalabitanos.

COSTA CELEBRA ACORDO COM MOVIMENTO DE HELENA ROSETA

O CANDIDATO socialista à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, garantiu que, caso vença as eleições autárquicas na capital no próximo dia 11 de Outubro, voltará a convidar o arquitecto Manuel Salgado para a vice-presidência da autarquia.

Esta afirmação veio a propósito de algumas dúvidas que entretanto surgiram quando o PS revelou publicamente ter assinado um acordo com Helena Roseta que será a segunda a figurar nas listas do Partido Socialista.

Segundo António Costa, a importância do acordo agora estabelecido com Helena Roseta é de molde a permitir ganhar as eleições e “ter condições para executar um bom programa”.

Refira-se o acordo assinado entre o PS e o movimento liderado por Helena Roseta, “Cidadãos por Lisboa”, prevê que as listas sejam elaboradas com base nos resultados das eleições intercalares de 2007 para a Câmara Municipal de Lisboa, nas quais a associação liderada pela arquitecta conseguiu 10,2%, tendo na altura eleito dois vereadores.

Mostrando-se satisfeita com o estabelecimento deste acordo com o Partido Socialista, Helena Roseta revelou ter feito antes algumas diligências junto do Bloco de Esquerda e do PCP para conseguir uma coligação de partidos de esquerda para as eleições da Câmara Municipal de Lisboa, sublinhando que “só depois de esgotar este caminho” é que decidiu avançar para um acordo com António Costa, integrando como independentes as listas do PS. **R.S.A.**

JOAQUIM MORÃO AVANÇA PARA MELHOR MANDATO DE SEMPRE EM CASTELO BRANCO

O CAMARADA Joaquim Morão anunciou a sua recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Castelo Branco durante um jantar que reuniu três milhares de apoiantes.

O autarca considera que “a obra realizada até aqui afirmou Castelo Branco no contexto nacional, na medida em que há muitas décadas que este concelho não vivia um período de tão grandes transformações”.

Lembrando a obra feita nos últimos anos – requalificação do centro cívico, construção de novas circulares rodoviárias, novos equipamentos públicos e culturais, entre outros – Morão frisou ter sido “um trabalho realizado com muito rigor e determinação”, fazendo de Castelo Branco “uma câmara com uma situação financeira sólida e um património que nunca teve na sua história”.

Para o futuro perspectivou um novo conjunto de obras, entre as quais se destacam o reforço da requalificação urbana entre a zona antiga e a zona da estação ferroviária, uma nova ETAR, substituindo as duas actualmente existentes, um centro de cultura contemporânea, um pavilhão multiusos e um novo aeródromo.

“Porque connosco não há promessas, connosco há certezas”, Joaquim Morão aposta naquele que será “o melhor mandato de sempre”, revelando articulação com empresários e empresas para ajudar à criação de postos de trabalho e à afirmação do concelho no sector agro-industrial, no qual já está a ser criado um cluster.

Na impossibilidade de estar no jantar realizado no dia 25 de Julho passado, o secretário-geral do PS, José Sócrates, marcou presença através de uma mensagem vídeo, onde, entre elogios à acção e dedicação deste autarca à causa pública, considerou-o “o homem que transformou Castelo Branco numa cidade moderna e dinâmica”.



INICIATIVA

Lisboa vai ter 10 novos centros de saúde

A CIDADE de Lisboa vai ter dez novos centros de saúde, num investimento de 15 milhões de euros, considerado pelo presidente da câmara, António Costa, como “uma revolução no sistema de cuidados de saúde primários” da capital.

“Estamos a falar de uma revolução de todo o sistema de cuidados de saúde primários na cidade de Lisboa. Estamos a falar de dez novos centros de saúde numa cidade que é particularmente carente destes equipamentos de proximidade”, disse António Costa na cerimónia de assinatura de um protocolo com o Ministério da Saúde para cedência dos terrenos de seis dessas unidades de saúde.

O documento que estabelece a parceria entre a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARSLVT) e a Câmara Municipal de Lisboa para a construção ou remodelação de equipamentos de saúde na capital foi assinado na presença de António Costa, e da ministra da Saúde, Ana Jorge.

“Diria que é uma grande revolução nas estruturas de saúde, para podermos criar espaços condignos para serviços de saúde, porque era talvez a zona do país em que os espaços dos centros de saúde estavam com mais dificuldades”, afirmou Ana Jorge.

Lumiar Norte, Santa Maria de



Belém, Benfica, Bairro da Boavista, Carnide e Campolide são as zonas que vão receber os seis novos centros de saúde, em terrenos cedidos pela Câmara de Lisboa, e prevê-se que venham a servir cerca de 102 mil pessoas na cidade.

O Ministério da Saúde vai ainda fazer um investimento em quatro novos centros de saúde no centro da cidade por iniciativa própria, garantindo assim dez novos espaços de saúde em Lisboa.

“Neste momento temos os protocolos feitos, estamos a acabar a fase dos projectos de arquitectura. Já existem projectos, já estão na fase final do concurso para serem seleccionados e depois para se fazer o lançamento da obra”, disse a ministra da Saúde.

António Costa disse, por seu lado, que ao dotar a cidades de centros de saúde, o município alfacinha cria “melhores condições para servir a população que vive na cidade de Lisboa e para fixar nova população”.

Os novos centros resultam de uma avaliação da situação em termos de equipamentos em Lisboa e que consta da Carta de Saúde da cidade. Nesse documento considera-se que das 33 instalações existentes na cidade, 18 devem ser substituídas, devendo ainda ser construídas sete novas unidades.

Os dez novos equipamentos de saúde em Lisboa representam da parte do Ministério da Saúde um investimento total de cerca de 15 milhões de euros.

Jorge Bento de novo por Condeixa

JORGE Bento apresentou no passado dia 18 de Julho a sua recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Condeixa “sem desistências e sem cansaço, com a mesma vontade e entusiasmo de sempre”, garantindo que cumprirá “até ao fim” mais um mandato de quatro anos para continuar a fazer do concelho “um território desenvolvido, moderno e com qualidade de vida”.

Na apresentação, que decorreu nos jardins da Biblioteca Municipal com a presença de várias centenas de apoiantes, foram anunciados os candidatos às dez juntas de freguesia, o candidato a presidente da Assembleia Municipal, Fernando Pita, e os elementos da lista da câmara.

Presidente da Câmara Municipal de Condeixa há 16 anos, Jorge Bento explicou que se recandidata a um quinto mandato após vários pedidos. “Acedi ao pedido do secretário-geral, José Sócrates, do presidente da Federação de Coimbra, Victor Baptista, do PS de Condeixa, mas acima de tudo acedi ao pedido de muitos condeixenses”, disse.

Num discurso emotivo e de exaltação dos valores humanos, Jorge Bento apelou à coesão, à solidariedade e ao desenvolvimento crescentemente harmonioso, assegurando que tem para Condeixa “uma visão de futuro”.

Futuro foi uma das palavras mais usadas em todo o discurso de Jorge Bento, que assegurou que a meta dos 90% da população servida por redes de saneamento básico com tratamento em ETAR vai ser atingida. O abastecimento do concelho com água captada no rio Mondego, nas captações da Boavista, deverá estar concluído “em Outubro próximo” e manter-se-á o



investimento na rede viária municipal.

O candidato socialista salientou que o objectivo é aumentar a qualidade de vida em todo o concelho, estando por isso a preparar uma proposta de solução para os congestionamentos na EN1.

Por outro lado, apontou o ambiente, cultura, desporto, acção social, educação e emprego como áreas prioritárias da sua acção para melhorar melhores condições de vida a todos os condeixenses.

Depois de anunciar a abertura em Setembro do novo Centro Educativo e também a projecção e lançamento de uma nova Zona Industrial, Jorge Bento terminou o seu discurso afirmando contar com todos os munícipes para melhorar Condeixa continuamente. “Contamos com os trabalhadores do município, com as associações e colectividades do concelho, com as escolas, professores e funcionários, com as associações de pais, com as nossas empresas e empresários e com a juventude”, disse. **J. C. C. B.**

Álvaro Maia Seco, candidato do PS à presidência da Câmara “Uma nova visão para Coimbra”

Uma aposta no “fomento de uma prosperidade com solidariedade” e a promoção de “uma qualidade de vida que seja referência em Portugal” são as prioridades do programa da candidatura socialista à Câmara de Coimbra, encabeçada pelo independente Álvaro Maia Seco, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, se afirma convicto de que é possível aplicar uma “nova visão” para Coimbra. O candidato do PS promete ainda “todo o empenho na prossecução do programa apresentado, numa postura de total transparência e comunicação com os municípios e investidores”.

Quais as razões que o levaram a aceitar o desafio de ser o candidato independente pelo PS à presidência da Câmara de Coimbra?

A convicção de que integrado na candidatura patrocinada pelo PS será possível propor e, eventualmente, aplicar uma nova “visão” para Coimbra.

Quais as prioridades do seu programa eleitoral?

Uma aposta sem hesitações no fomento de uma prosperidade com solidariedade e igualdade de oportunidades e uma aposta na promoção de uma qualidade de vida que seja referência em Portugal mas no respeito pelo seu rico património natural e edificado e pelo ambiente.

Em que traves-mestras assenta o seu projecto para colocar de

novo Coimbra no lugar a que tem direito como terceira cidade do país?

Aposta numa política pró-activa de ordenamento do território baseada na lógica de construção de uma cidade “compacta”.

Investimento na qualificação dos jovens e no desenvolvimento de uma política cultural coerente.

Aposta na potenciação dos factores de competitividade do concelho para suporte de um desenvolvimento económico sustentável.

Preocupação permanente com o apoio social aos mais necessitados, nomeadamente aos mais idosos que muitas vezes estão mais desacompanhados e vulneráveis.

Que papel desempenhará a câmara, caso seja eleito, no apoio social aos estratos mais vulneráveis da população para enfrentar a actual crise?



Será feito um acompanhamento e minimização permanentes dos problemas ligados ao desemprego e dificuldades de entrada no mercado de trabalho, nomeadamente através da promoção transitória do emprego social a criar pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

Como atrás foi já referido será tido um particular cuidado e carinho com os mais idosos que se encontram em situação particularmente vulnerável.

Que avaliação faz deste mandato de Carlos Encarnação, do PSD, à frente da autarquia?

Prefiro referir que tenho a convicção de conseguir desenvolver o próximo mandato com uma maior capacidade de inovação, planeamento e concretização, iniciando assim um novo ciclo de prosperidade e afirmação para Coimbra.

Como pensa convencer os municípios que tem um projecto melhor que o do actual presi-

dente da câmara?

Com uma apresentação de uma equipa competente e credível e a apresentação de um programa ambicioso e realista e que se dirige às áreas prioritárias de intervenção de uma câmara municipal de modo a potenciar um desenvolvimento económico e uma qualidade de vida sustentáveis para as próximas décadas.

Vai dinamizar, durante a campanha, fóruns de intervenção política e de cidadania?

Isso já está e irá continuar a acontecer nas áreas da juventude, cultura, associativismo, desporto entre outros.

Como está a pensar utilizar as novas ferramentas de comunicação para mobilizar o eleitorado?

Temos uma equipa a trabalhar a desenvolver produtos e veículos de comunicação baseados nas novas tecnologias que viabilizarão um contacto muito próximo e interactivo com os cidadãos de Coimbra.

O que podem esperar os municípios de Álvaro Maia Seco à frente dos destinos do município?

Podem esperar de mim todo o empenho na prossecução do programa apresentado, numa postura de total transparência e comunicação com os municípios e investidores.

Fonseca Ferreira apresenta candidatura a Palmela

A APRESENTAÇÃO do candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal de Palmela, António Fonseca Ferreira, reuniu, no passado dia 24 de Julho, largas centenas de militantes e de simpatizantes no Largo S. João, no centro histórico da cidade.

O evento contou ainda com dois apoios de peso, Almeida Santos, presidente do PS, e Jorge Sampaio, ex-Presidente da República, que assistiram também à apresentação dos candidatos do PS à presidência das Juntas de Freguesia do Pinhal Novo, Poceirão, Marateca, Quinta do Anjo e Palmela.

Jorge Sampaio comparou o candidato socialista à presidência da Câmara de Palmela, Fonseca Ferreira, a um “soldado de acção”, cujas principais características são a “competência e a serenidade”.

Já Almeida Santos preferiu salientar a competência há muito provada de Fonseca Ferreira, referindo que “é o melhor candidato à Câmara de Palmela”, para depois enaltecer a sua experiência profissional, elogiando os seus “muitos atributos” que o apontam “como uma mais valia para o concelho”.

O presidente do PS referiu que o próximo mandato autárquico é particularmente importante para o concelho, designadamente, como mencionou, face aos futuros empreendimentos, como o novo aeroporto, a passagem do comboio de alta velocidade, a plataforma



logística do Poceirão, para além de um conjunto significativo de investimentos no campo da actividade turística, “que vão certamente trazer mais emprego e desenvolvimento a Palmela”.

A fechar a apresentação da candidatura, que contou com o testemunho de alguns amigos, entre os quais João Serrão, secretário de Estado do Ordenamento do Território e Cidades,

ao Castelo, mas também a questão da rede viária, que o candidato considera como insuficiente e a precisar, por isso mesmo, de uma nova atenção.

São problemas, sublinhou Fonseca Ferreira, que não se resolvem de um dia para o outro, que “vão demorar anos a resolver”, mas que “temos de os começar a enfrentar desde já”.

e de Vítor Ramalho, presidente do PS/Setúbal, Fonseca Ferreira expôs algumas das propostas do seu programa para o concelho, salientando designadamente as medidas tendentes à resolução de um conjunto de problemas e de atrasos que, salientou, “não esperava encontrar”, como é o caso da situação em que se encontra o centro histórico, ou a área envolvente

O candidato do PS alertou depois “para as tremendas pressões que o concelho vai sentir em termos urbanísticos e ambientais”, correndo o risco, como referiu, de poder assistir a um “desordenamento urbano”, resultado de uma eventual maior expansão da especulação e da degradação dos solos agrícolas e dos recursos naturais, “caso não se actue com mão firme sobre o território e a gestão municipal”.

O candidato socialista anunciou, por outro lado, que está a trabalhar com um grupo de especialistas num projecto que “visa o uso generalizado da energia solar”, sublinhando que, numa primeira fase, esta iniciativa “será aplicada em edifícios públicos”.

Colocar Palmela no mapa dos roteiros nacionais e internacionais, valorizando e promovendo as suas potencialidades endógenas, como o Castelo ou o centro histórico, a par das suas paisagens, do vinho ou do queijo, constituem outros desafios que o candidato do PS pretende colocar na agenda de forma a que haja uma maior aproximação entre a gestão municipal e os seus habitantes.

O candidato do PS, Fonseca Ferreira, referiu também que vai deixar a presidência da Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT) “para enfrentar o desafio de ganhar a Câmara Municipal de Palmela”. R.S.A.

João Nabais, candidato à câmara

“Consolidar projectos e deixar o Alandroal no caminho do desenvolvimento”

Empenhado em conduzir o Alandroal pelos caminhos do progresso, João Nabais quer consolidar a sua obra no concelho, disponibilizando-se por isso para um novo mandato autárquico à frente da câmara.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o candidato do PS fala sobre as metas alcançadas nestes últimos quatro anos e aponta os grandes desafios que perspectiva para o Alandroal no sentido de atingir uma cultura de modernidade e de desenvolvimento integrado.

Qual o sentido político que se pode extrair do facto de se disponibilizar para um novo mandato à frente da Câmara do Alandroal?

Quando em 2002 assumi a liderança do concelho de Alandroal, sabia que faltavam todas as infra-estruturas necessárias a uma vida moderna, onde os equipamentos destinados à saúde, ao lazer e à cultura, se assumem como factores determinantes para a fixação de pessoas. É assim que, logo no primeiro mandato, promovemos a construção do novo Centro de Saúde, um complexo de piscinas e um Fórum Cultural Transfronteiriço.

Paralelamente era necessário criar condições favoráveis à fixação e desenvolvimento do sector empresarial, promovendo por essa via a criação de emprego, o que levámos a cabo através de uma segunda fase da Zona Industrial de Alandroal devidamente infra-estruturada e com a venda de lotes a preços especiais.

A par destes empreendimentos, lançámos vários programas nas áreas de maior fragilidade (educação, juventude e idosos), estando muitos destes programas por consolidar.

Neste quadro e nas condições difíceis que enfrentamos, senti que era necessário estar disponível para um novo mandato para consolidar este projecto e deixar o Alandroal no caminho do desenvolvimento.

No quadro do distrito de Évora, como analisa a inserção do seu concelho?

O Alandroal era, até há oito anos atrás, referenciado como “o concelho mais deprimido da União Europeia”.

Prometemos inverter essa situação e passados estes anos é com muito orgulho e satisfação que observamos a extinção desse anátema.

Essa conquista reflecte-se na posição que o município assume hoje em todas as instituições locais, regionais ou nacionais em que está inserido, onde é respeitado como parceiro credível e responsável. Como é evidente, continuamos a ser um município com um baixo índice de desenvolvimento e temos que inverter essa situação.

Todavia, a dinâmica social e cul-

tural, assim como a utilização das novas tecnologias da informação, ultrapassa já a média do distrito.

Somos também um parceiro muito activo em todos os projectos regionais. Como testemunho da nossa dinâmica no contexto distrital, estamos neste momento a terminar o período experimental de um projecto que vai permitir ao município disponibilizar aos seus munícipes acesso Internet em Wi-reless, para todas as vilas e aldeias do concelho.

Que obra ou obras realizadas ao longo do seu mandato destacaria como emblemáticas?

Conforme está expresso na resposta inicial, as obras que considero emblemáticas porque sendo estruturantes, são também as que respondem a necessidades efectivas da população.

Neste contexto e como é óbvio, destaco o Centro de Saúde, as piscinas municipais, o Fórum Cultural Transfronteiriço, a remodelação e ampliação do edifício sede do município, a requalificação do Rossio do Arquiz e as novas instalações da EB1123 de Alandroal, que são infra-estruturas já em funcionamento e com resultados importantes no aumento da qualidade de vida da população.

No caso do Centro de Saúde e da escola, sendo empreendimentos da Administração Central, o município assumiu um papel decisivo na sua concretização, suportando mesmo um elevado encargo financeiro para que o pavilhão gimnodesportivo tenha dimensão e equipamento para promover a prática desportiva e servir toda a população.

Outras obras de requalificação de equipamentos e espaços urbanos do concelho têm sido levadas a cabo ou estão em execução, dos quais destaco os projectos da nova Biblioteca Municipal, em fase de conclusão, e um novo Centro Escolar em Santiago Maior, em fase arranque.

Évora é um distrito com oito executivos camarários de maioria PS. O que espera das próximas eleições autárquicas?

O distrito de Évora deu, nos últimos anos, um salto qualitativo



extraordinário, em especial nas áreas sociais e culturais.

Em concertação com o poder central, criaram-se infra-estruturas que além de promover a qualidade de vida das pessoas, criaram condições para atrair investimento gerador de emprego e desenvolvimento económico.

Não fosse o facto de termos sido apanhados por esta terrível crise internacional e o distrito, e todo o Alentejo, estariam já a sentir efeitos muito positivos no seu desenvolvimento.

Todavia, na área dos projectos sociais e comunitários da responsabilidade do Estado e das autarquias, aumentou o investimento em infra-estruturas e em sistemas de apoio.

Esta autêntica revolução está directamente relacionada com a gestão socialista da maioria dos municípios do distrito e, como tal, estou convicto que nas próximas eleições, iremos aumentar o número de autarquias com maioria socialista.

Estão criadas as condições para que os socialistas conquistem mais câmaras no distrito?

Julgo estarem criadas todas as condições para que os socialistas conquistem um maior número de municípios nas próximas eleições autárquicas.

As lideranças socialistas nos municípios que durante décadas foram geridos pelo PC demonstraram de forma muito evidente que a gestão comunista, conservadora e imobilista, falhou completamente nos projectos de modernização e desenvolvimento.

Caiu também por terra outra mistificação relacionada com uma falsa superioridade na gestão orçamental.

Em regra, os socialistas encontraram uma situação financeira caótica, sem qualquer controlo na gestão, com passivos elevados e comprometedores do desenvolvimento do município a curto e médio prazo.

Pelas razões expostas e pelo exemplo de modernização que os socialistas implementaram no distrito, é absolutamente natural que os nossos autarcas consigam conquistar um maior número de câmaras nas próximas eleições.

Quais são os novos desafios que, no seu entender, se avistam no horizonte deste concelho e dos municípios? Como perspectiva o Alandroal no século XXI?

Eu diria que os novos desafios são os actuais, isto é; assentam na necessidade que temos de implementar um modelo de desenvolvimento adequado às nossas necessidades e capaz de criar condições para atrair investimento privado.

Não temos dúvidas de que esse modelo de desenvolvimento tem que ser sustentado, de forma a não colocar em risco a grande riqueza ambiental e cultural que possuímos e que terá que ser o motor de arranque para uma indústria turística de qualidade.

Não temos dúvidas de que no nosso horizonte, encontramos a actividade turística como principal motor do desenvolvimento.

Outra vertente é a agricultura de média dimensão, assente em produtos de qualidade e apostando na inovação. Há exemplos de sucesso no concelho mas, será necessário encontrar as sinergias necessárias para consolidar e desenvolver esta área.

Reunidas as condições anteriores, é possível sustentar uma indústria de pequena e média dimensão, que responda às necessidades locais e regionais de bens e serviços.

Este é o desafio que temos que vencer e vencê-lo-emos.

Para tal muito recentemente ficou concluído o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Concelho de Alandroal, que delinea as melhores opções/cenários de desenvolvimento do concelho até 2025.

Trace-nos os principais pontos do seu programa eleitoral?

Sem qualquer resquício de pre-tensiosismo, podemos afirmar que estão lançadas as bases fundamentais para um futuro mais risonho para este Concelho.

Achamos que o Alandroal está no rumo certo!

Mas, temos consciência que um Projecto arrojado como este, não se esgota em quatro, oito, doze ou possivelmente mais anos.

Por isso é necessário garantir a continuidade do projecto que está implantado, tem resultados, mas necessita de consolidação.

Com uma equipa renovada e dinâmica, considero estarem criadas de forma irreversível as condições para continuarmos a trabalhar em prol de oito vectores muito importantes: o Desenvolvimento Económico e Emprego, a Habitação e Acessibilidades; a Educação e Cultura; as Novas Tecnologias da Informação e Comunicação; a Juventude e Desporto; o Turismo e Património; o Ambiente e Qualidade de Vida e a Acção Social e Saúde.

Ainda não desistimos de manter o rumo no caminho de uma cultura de modernidade e desenvolvimento integrado, onde a qualidade de vida seja motivo de fixação da população jovem e atractivo de novas famílias.

Como tem sido a relação entre a autarquia e a Administração Central?

As relações com o Governo têm sido boas e profícuas. Sem o apoio do Governo não teria sido possível realizar as obras e os programas sociais que estão no terreno.

O mesmo não diria com a Administração Central no seu conjunto. É mais fácil encontrar consensos com o Governo do que encontrar depois nos órgãos regionais a compreensão e o equilíbrio necessário para uma eficaz gestão e acompanhamento desses acordos.

É um sentimento comum à generalidade dos autarcas que as potencialidades e os benefícios dos acordos celebrados entre o poder autárquico e o poder central perdem demasiadas vezes eficácia e oportunidade, devido a um certo «fundamentalismo» e diversidade de critérios.

É por isso fundamental criar os consensos necessários para proceder à regionalização.

Só a regionalização permitirá dotar as regiões de poder nas decisões e no controlo das orientações políticas e opções estratégicas. Ao garantir a eficácia dos projectos de âmbito regional estamos a promover o desenvolvimento integrado do nosso país.

O interesse das populações assim o exige.

Renovada a dinâmica política do PS em Odemira

O PARTIDO Socialista apresentou no passado dia 21 de Julho a candidatura de José Alberto Guerreiro, à presidência da Câmara Municipal de Odemira.

Actual vice-presidente da edilidade, o candidato socialista é licenciado em informática de gestão e em engenharia civil, tem 45 anos e garante que as próximas eleições autárquicas de 11 de Outubro vão abrir um novo ciclo político em Odemira.

Desde logo porque o PS apresentará, como anunciou, a todos os órgãos autárquicos, listas renovadas, não só constituídas por militantes mas igualmente por independentes “que se revêm nesta nova dinâmica”.

José Alberto Guerreiro garante ainda que, caso vença as eleições, assumirá um papel activo e interventivo, “o mais próximo possível das pessoas”, recordando que o PS vai a eleições “com propostas claras, e com um projecto que enquadra todas as premissas do debate interno”.



Mas outros elementos constituem ainda parte importante da dinâmica desta candidatura, como é o caso dos contributos e das sugestões que possam surgir durante os debates e encontros que o PS vai promover no concelho.

Contribuições que, garante o candidato do PS, serão objecto de uma reflexão e alvo de uma especial análise por parte dos eleitos socialistas.

“Estamos conscientes da nossa responsabilidade”, acrescentou o candidato do PS, razão por que “vamos assumir em pleno o orgulho que temos do trabalho feito e reforçar a esperança de um futuro melhor”.

A promoção e o crescimento económico

sustentável, designadamente ao nível do planeamento estratégico, mas também ao nível da actividade empresarial e do emprego, políticas sociais activas, qualificação humana, ajudando a aumentar os índices da educação da população e ainda criar condições para mais formação profissional, bem como para a melhoria da qualidade de vida, e iniciativas tendo em vista a modernização dos serviços municipais e o incremento do ordenamento do território, constituem políticas que o candidato socialista, José Alberto Guerreiro, garante serem parte substancial do programa do PS para as próximas eleições autárquicas. **R.S.A.**

João Paulo Catarino recandidata-se em Proença-a-Nova

O ACTUAL presidente da Câmara Municipal de Proença-a-Nova, camarada João Paulo Catarino, recandidata-se pelo PS ao cargo nas próximas autárquicas, apontando a dinamização do Parque Empresarial local como um dos seus objectivos.

“A criação de dezenas ou mesmo centenas de postos de trabalho” é a aposta do seu próximo mandato em caso de vitória eleitoral.

A área industrial fica situada nas antigas instalações da fábrica de madeira Sotima, espaço que a autarquia adquiriu há cerca de dois anos, em parceria com um grupo empresarial.



“Quando chegámos à câmara não havia um único lote disponível. Criar uma zona industrial levaria oito a dez anos. Mas nós, em pouco mais de dois anos, criámos o parque e estamos a ultimar o plano de pormenor, para que possamos receber empresas que criarão

muitos postos de trabalho”, afirmou João Paulo Catarino.

Como cabeça-de-lista à Assembleia Municipal de Proença-a-Nova, o PS apresenta Arnaldo Cruz, natural do concelho e actual coordenador da Autoridade Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

OPINIÃO



ANTÓNIO RAMOS PRETO
Deputado do PS

A resposta tem de ser atractiva, crescimento baixo em carbono, com base em energia limpa, por efeito da inovação tecnológica, tal como o governo português tem vindo a defender nas instâncias internacionais

CONTAGEM DECRESCENTE PARA COPENHAGA A NECESSIDADE DE UM ACORDO

O MUNDO está confrontado com dois assuntos que definem este século XXI, o combate às alterações climáticas e o vencer a pobreza mundial.

Dois temas que não podem ser tratados separadamente e as próximas duas a três décadas são o tempo de que o mundo dispõe para resolver as alterações climáticas.

A resolução das alterações climáticas implica que o mundo crie a maior coligação de povos que alguma vez a humanidade já teve.

O primeiro passo que tem de ser dado em relação aos dois desafios é desenvolver, incentivar e implementar numa política de comunicação, que envolva académicos, políticos, igrejas, jornalistas, empresários, sindicatos e outras organizações da sociedade civil.

Tem de haver uma compreensão do risco que corremos, sendo certo que, se nada se fizer, poderemos atingir no fim deste século um acréscimo de cinco graus na temperatura mundial.

Um aumento global de temperatura implica a redefinição dos nossos habitats e o aumento dos fluxos migratórios e dos conflitos regionais.

Por isso é preciso preocupar as pessoas, alertá-las para os perigos e dar-lhes uma resposta.

Do meu ponto de vista a resposta tem de ser atractiva, crescimento baixo em carbono, com base em energia limpa, por efeito da inovação tecnológica, tal como o governo português tem vindo a defender nas instâncias internacionais bem como através das políticas concretas que nos últimos anos implementou em Portugal nomeadamente no apoio empenhado à energia hídrica e ao cluster das eólicas, matéria na qual Portugal passou a exportador de tecnologia promotora da criação de energia limpa.

Qual é o nosso objectivo?
A redução das emissões de gases com efeito de estufa.

E por isso é essencial que o mundo disponha de um portfólio de intervenções para mitigar a acumulação dos gases com efeito de estufa na atmosfera e também para nos adaptarmos a essas alterações climáticas.

A eficácia dessas medidas só será atingida se nos guiarmos por princípios que assegurem quer a sua efectividade quer a sua justeza.

Quando se considera que a emissão de gases com efeito de estufa necessita de descer globalmente para dois a três toneladas “per capita”, para se mitigarem os piores efeitos das alterações climáticas, as reduções necessárias impõem um sério desafio no modo de saber como fazer para compatibilizar o crescimento económico com a redução das emissões em causa.

A resolução desta questão implica um enorme investimento na pesquisa de novas tecnologias, no seu desenvolvimento e na partilha, entre países, das novas tecnologias entretanto alcançadas.

No centro da agenda das negociações de Copenhaga, em Dezembro próximo, estes são alguns dos assuntos que terão de ser tratados:

A identificação de metas globais de emissões que sejam justas;

O demonstrar coerência com as agendas de desenvolvimento e de crescimento;

Um compromisso efectivo com as políticas de mitigação e de adaptação das alterações climáticas.

Sabemos que para atingir os objectivos necessários os países ricos terão de se comprometer a pagar mais do que têm pago até hoje e temos de globalmente considerar um conjunto de atitudes.

A primeira é a de parar a desflorestação tal como ocorre nos nossos dias.

A segunda é a apostar forte nas novas tecnologias quer das eólicas, dos solares ou das marés, sendo certo que é preciso fazer um longo caminho porquanto não conhecemos tudo o que podemos ainda conseguir, o que podemos implementar e como investir mais e inverter a situação.

Em terceiro lugar há que ter um preço para o carbono, sendo certo que nesta matéria haverá que estabelecer um forte controlo e uma forte regulação das emissões através de comissários verdes que apliquem uma política clara de reguladores do comércio de emissões.

Se o mundo pode promover e investir numa mudança tecnológica e se há instrumentos económicos que permitam sustentar essa mudança de paradigma então o que nos falta, tão-só, é vontade política.

O mundo necessita de algo à volta do qual e com base no qual possamos actuar.

E essa base, esse algo, tem de surgir em Copenhaga.

Os sinais que têm chegado dos Estados Unidos são encorajadores e por isso após a relativa desilusão da Conferência de Poznan na Polónia o mundo deverá chegar a acordo, em Copenhaga, sobre um conjunto de assuntos referentes a:

- Objectivos de longo prazo efectivos e atingíveis;
- Metas de curto prazo para manter o aquecimento global abaixo dos 2 graus centígrados;
- Uma equilibrada e justa divisão das licenças de emissão entre todos os países;
- Suporte para a adaptação dos países em vias de desenvolvimento aos necessários desastres ambientais;
- Suporte de tecnologias apropriadas para o desenvolvimento sustentável e para os objectivos da mitigação e da adaptação;
- Reforma dos mercados de carbono para assegurar contra desvios nos lucros indevidos e para transacções ambientais cegas.

A aprovação pelo Congresso dos Estados Unidos da América da Lei de Segurança e Energia Limpa “American Clean Energy and Security Act 2009” que estabelece limites para a emissão de gases com efeito de estufa nos Estados Unidos a partir de 2012 é um bom indicador de que podemos sair de Copenhaga com um compromisso firme de que será possível substituir o Protocolo de Quioto por um novo Tratado Internacional que entre em vigor em Janeiro de 2013.

OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da Estratégia
de Lisboa e do Plano Tecnológico

PÔR NÚMEROS ÀS COISAS

A ÚNICA ideia programática forte e consistente que se conhece do PSD até ao momento em que escrevo estas palavras é a decisão de suspender o investimento público directo ou em parceria, em domínios como as acessibilidades ferroviárias, rodoviárias e aeroportuárias, as redes de nova geração, as barragens e as outras energias renováveis e o parque escolar.

Essa opção tem uma leitura política e ideológica clara mas não é dela que pretendo tratar neste texto. Importa que os portugueses percebam que para além de travar a criação de estruturas decisivas para a competitividade e a sustentabilidade futura do país, estas decisões terão consequências imediatas no emprego, na criação de riqueza e nas oportunidades de subcontratação para as PME nacionais.

A construção do novo aeroporto, da nova travessia do Tejo, do comboio de alta velocidade, da rede de abastecimento da mobilidade limpa, das barragens, das novas escolas ou das novas redes de banda larga, criará milhares de empregos directos e indirectos e dará actividade a muitas micro e pequenas empresas que assegurarão serviços de apoio, subempregadas e manutenção.

Quantificar e explicar a destruição de emprego e de riqueza que está associada à travagem brusca das políticas de investimento público e público-privado de requalificação do território é o mínimo que se pode exigir a quem a propõe

No Alentejo por exemplo, a criação de emprego directo previsto atinge mais de um quarto da actual população activa e a dinâmica conduzirá a um necessário repovoamento do território, à fixação dos jovens e à atracção de novos e mais qualificados trabalhadores para dar resposta às necessidades e às oportunidades criadas. O mesmo se passará nas outras regiões do país, aumentando a coesão territorial e reduzindo assimetrias de desenvolvimento e de qualidade de vida no nosso território.

Vamos entrar numa fase de saudável debate político e troca vigorosa de ideias. Pôr o nome às coisas será muito importante. A política é uma actividade nobre e a ideologia é o centro da sua afirmação.

Mas no actual contexto de crise e dificuldade também é muito importante pôr números às coisas.

Quantificar e explicar a destruição de emprego e de riqueza que está associada à travagem brusca das políticas de investimento público e público-privado de requalificação do território é o mínimo que se pode exigir a quem a propõe. Explicar eventuais ganhos colaterais também. Tem a palavra o PSD e a sua líder, porque o silêncio actual e a recusa em pôr números às coisas auguram o pior.

Comissão Nacional Aprovado programa eleitoral de acção e ambição para fazer avançar Portugal



RELANÇAR a economia e promover o emprego, modernizar e reforçar a competitividade do país e reduzir as desigualdades são as “três prioridades claras” do programa com que o PS se vai apresentar às eleições legislativas de 27 de Setembro, afirmou o líder socialista, José Sócrates, adiantando que este “é um programa de acção e ambição” e seguindo uma “linha de rumo reformista, responsável e orientada para o futuro”.

J. C. CASTELO BRANCO

José Sócrates falava no passado sábado, dia 25, em conferência de Imprensa, no Hotel Altis, após a Comissão Nacional ter aprovado as bases do programa do PS para as próximas eleições legislativas, tendo ao seu lado António Vitorino, coordenador do documento, que recebeu centenas de contributos.

“Temos listas de deputados aprovadas que revelam a unidade e a vontade de renovação do PS e um programa que visa responder à crise económica e modernizar o país, com o

reforço do Estado Social”, disse, acrescentando que “confiança e determinação são as palavras-chave do programa socialista, de forma a fazer continuar a avançar Portugal, contra a descrença e o pessimismo, nomeadamente daqueles que defendem o Estado mínimo”.

O objectivo do PS, frisou, “é não adiar seja o que for, é olhar para o futuro, rumo à modernização, no fundo fazer avançar Portugal”.

Na sua intervenção, Sócrates destacou algumas medidas do programa, a primeira das quais, explicou, será um programa de apoio à integração profissional de cerca de 25 mil jovens desempregados, cuja carreira contributiva não lhes dá ainda condições para beneficiarem do subsídio de desemprego. “Este grupo social é um dos que mais precisa da ajuda do Estado”, frisou.

No âmbito do combate às desigualdades sociais, o secretário-geral do PS anunciou a criação de uma nova prestação social destinada a famílias trabalhadores com filhos que tenham um rendimento “per capita” abaixo do limiar da pobreza,

bem como continuar a reforçar o apoio aos idosos, nomeadamente com o Complemento Solidário, que retirou 200 mil idosos da pobreza.

A terceira medida, disse, visa garantir a todas as pessoas com deficiência com uma incapacidade total para trabalhar um programa de apoio, de modo a que nenhuma tenha um rendimento abaixo do limiar da pobreza.

José Sócrates reiterou ainda o compromisso de duplicar as creches com horário alargado, de forma “a responder às necessidades das famílias jovens, em particular nas áreas metropolitanas”.

“Faremos um esforço para a existência de mais creches com horário alargado em particular nas áreas metropolitanas. Nos contratos que o Estado faz com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) vamos prosseguir esta ambição”, salientou o líder socialista.

Já no âmbito da defesa e desenvolvimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS), Sócrates apontou “duas metas claras muito claras”: assegurar a cobertura nacional das Unidades de Saúde Familiar e

duplicar o número de lugares existentes na rede de na Rede de Cuidados Continuados, que é actualmente de 7000 lugares. “É preciso cuidar e tratar melhor os nossos idosos”, disse.

Visando modernizar o Estado e simplificar a vida aos cidadãos e às empresas, o secretário-geral do PS avançou com “outra medida emblemática” do programa de Governo, o “licenciamento zero”, para eliminar obstáculos burocráticos ao dinamismo económico. Trata-se, adiantou, da eliminação de licenças prévias para actividades específicas, substituindo-as por acções sistemáticas “a posteriori” e mecanismos de responsabilização dos promotores.

“Queremos dar um sinal que o Estado confia nos agentes que querem desenvolver pequenos negócios, que não lhe cria entraves e que defende a dinamização da actividade económica e valoriza o risco dos empreendedores”, sublinhou.

Nas páginas centrais desta edição do “AS” pode encontrar as listas completas dos candidatos a deputados pelo PS nos 20 círculos eleitorais às próximas legislativas de 27 de Setembro.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Quer receber o “Acção Socialista” em formato digital, no próprio dia? Envie-nos o seu e-mail em <http://webmail.ps.pt/listas/accaosocialistanahora.html>